



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

SEILA SOUSA DOS SANTOS FERREIRA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/DCT NA
VISÃO DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL
DE MIRACEMA – TO**

**PALMAS
2023**

Seila Sousa dos Santos Ferreira

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/DCT NA
VISÃO DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE
MIRACEMA – TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Práticas Educativas

Orientadora: Dr^a. Jocyléia Santana dos Santos

**PALMAS
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- F383e Ferreira, Seila Sousa dos Santos Ferreira.
O ensino de história e a base nacional comum curricular/DCT na visão dos docentes do ensino fundamental da rede municipal de Miracema – TO. / Seila Sousa dos Santos Ferreira Ferreira. – Palmas, TO, 2023.
114 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação, 2023.
Orientador: Jocyléia Santana dos Santos
1. Base Nacional Comum Curricular. 2. Documento Curricular do Tocantins. 3. Ensino de História. 4. Docentes. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SEILA SOUSA DOS SANTOS FERREIRA

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/DCT
NA VISÃO DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE
MUNICIPAL DE MIRACEMA – TO**

Dissertação apresentado à UFT –
Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Palmas, no
Programa de Pós-Graduação em Educação
– PPGE, para obtenção do Título de
Mestre em Educação.

Data de Aprovação: 13/07/2023

Banca Examinadora



Profa. Dra. Jocyleia Santana dos Santos –
PPGE/UFT Orientador e Presidente da Banca



Prof.^a Dr.^a. Neila Barbosa Osorio – PPGE/UFT
Avaliadora Interna



Profa. Dra. Regina Célia Padovan –
PPGHISPAM/UFT Avaliador Externo

Dedicatória

Dedicamos este trabalho aos professores do Ensino de História da EMEC Vale do Tocantins e EMEC Boanerges M. de Paula pelos conhecimentos compartilhados, dispendo de tempo e paciência, além de poderem compartilhar experiências enriquecedoras para o campo do Ensino de História. Obrigada por todas as contribuições para esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

GRATIDÃO a Deus, por ter me concedido a dádiva da vida!

A minha mãe, minha guerreira Maria do Socorro e ao meu pai, Raimundo (paderinho) (*in memorian*), gratidão por tudo! Sempre me ajudaram em todos os momentos da minha vida. Agradeço uma pessoa importante na minha caminhada, meu esposo Carlos Alberto! O meu companheiro e incentivador em todos os momentos.

Agradeço aos meus filhos, Danyella, Danyel, Débora e Vitória, minhas joias raras nesta vida. Tenho muito orgulho de tê-los como meus filhos. À minha nora Márcia por cuidar tão bem da minha herança. Aos meus netos Maria Júlia e Miguel, que são minhas preciosidades. Agradeço as minhas irmãs Leila, Joseane (*in memorian*) Lêda, Evany, Eva e Fernanda (Preta), e aos meus sobrinhos, por acreditarem em mim, sempre com palavras de carinho.

Agradeço a minha sogra dona Balbina, sempre muito carinhosa, o meu eterno amor. E agradeço a Deus pela oportunidade de conviver com minha tia Maria do Carmo (Carminha Vieira) (*in memorian*) se estivesse aqui, sei que estaria batendo palmas e me elogiando como sempre fez durante sua vida. Junto a ela, agradeço a toda família Vieira e Sousa.

Agradeço imensamente a minha orientadora muito alto astral, Dr^a Jocyleia Santana dos Santos. Agradeço por toda a oportunidade, obrigada por confiar no meu trabalho, por suas orientações, e apoio em todos os momentos do meu desenvolvimento, pelos direcionamentos tão necessários nesse processo que é o Mestrado. Creio que foram essenciais para a realização desta pesquisa e para meu futuro.

Agradeço imensamente a minha colaboradora Maria de Lourdes L. Macedo (Malu), por todas as orientações e por me ensinar tanto. O meu eterno carinho e gratidão por cada etapa realizada na elaboração deste estudo.

Aos membros da banca examinadora, pelo árduo trabalho de ler os meus escritos. Aos professores das disciplinas como aluna especial que por meio deles adquiri conhecimentos úteis para minha vida acadêmica. Aos colegas que também contribuíram para o meu crescimento e maturidade. Hoje, GRATIDÃO é o meu maior sentimento!

Finalizo com as palavras de Clarice Lispector ao dizer que *quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza chegará mais longe.*

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo O Ensino de História, a Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular do Tocantins na visão dos docentes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Miracema-Tocantins. Como objetivo procuramos narrar às experiências docentes com o ensino de história utilizando a BNCC/DCT. Utilizou-se a história oral por meio da escuta dos professores de duas escolas da Rede Municipal de Miracema do Tocantins. A problemática deste trabalho se configurou da seguinte forma: Como evidenciar a importância do Ensino de História, a Base Nacional Comum Curricular/DCT na visão docente? A respectiva metodologia possibilitou reunir informações e dados de modo a sustentar a realização do estudo com pesquisa de campo e a utilização de entrevista. Para tanto, este estudo trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, exploratório, análise documental e bibliográfico, coletando dados por meio de textos e materiais que já foram publicados na literatura, e contributos teóricos da área da educação e da história oral, tais como: (TRIVIÑOS, 1987; THOMPSON, 1992; MEIHY, 1996; ALBERTI, 2004, 2005; SCHMIDT 2004), dentre outros, e pesquisa documental em leis que subsidiem a BNCC como: Constituição (1988) Lei de Diretrizes e Bases (1996) Diretrizes Curriculares (1997-2013) BNCC (2018) PNE e DCT, entre outros. A fim de angariar o entendimento sobre o processo da implementação do currículo da BNCC, esta pesquisa se constituiu em três frentes de análise: Identificam-se os marcos-históricos, teóricos e legais que regulamentam a BNCC no contexto do ensino de história; Verificam-se os sentidos em que a Base Nacional Comum Curricular estabelece ao ensino de história. Por fim, evidencia-se a importância da história oral como referencial teórico-metodológico enquanto viés para a investigação da prática pedagógica dos docentes. Em suma, a realização de entrevistas orais para produção de narrativas permitiu compreender o processo de elaboração e implantação do documento a partir das vivências e experiências com o Ensino de História no contexto do relato dos professores. Para o entendimento dessas concepções faz-se necessário que a prática em sala de aula seja fundamental ao processo de ensino e aprendizagem, evidenciando um olhar crítico sobre a proposta curricular da BNCC/DCT. Em um dado momento é narrado que a associação entre cotidiano e história de vida dos estudantes requer que eles contextualizem vivências da vida em sociedade, articulando suas histórias individuais e coletivas, ou seja, que eles precisam entender que a história da sua vida não está desconexa em relação aos grandes fatos históricos. Por fim avaliamos que ainda há muito a ser pesquisado no tocante à BNCC/DCT e o ensino de história, acreditamos que este trabalho ainda depende muito de uma postura colaborativa, investigativa e que as experiências docentes em relação à BNCC/DCT precisam ser aprimoradas constantemente quanto à formação do professor na ação-reflexiva sobre sua prática e na reflexão crítica dos alunos.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Documento Curricular do Tocantins. Ensino de História. Docentes.

ABSTRACT

This research was the subject of the study the teaching of history, the common national curricular base and the curriculum document of Tocantins, in the opinion of the teachers of fundamental education of the municipal network of Miracema-Tocantins. As a goal, we seek to narrate teaching experiences with history teaching using bncc/dct. He used oral history through listening to the teachers of two schools of the municipal network miracema de tocantins. The problem of this work was configured as follows: how to highlight the importance of teaching history and the common national curriculum base/dct in the teaching vision? The respective methodology made it possible to collect information and data to support the conduct of the study with field research and the use of interviews. for this purpose, this study is an investigation of qualitative, exploratory, documentary and bibliographic analysis, collecting data through texts and materials that have already been published in literature, and theoretical contributions from the area of education of oral history, such as: (TRIVIÑOS, 1987; THOMPSON, 1992; MEIHY, 1996; ALBERTI, 2004, 2005; SCHMIDT 2004), among others, and documentary research in laws that subsidize bncc as: constitution (1988) Law of Guidelines and Bases (1996) Curricular Guidelines (1997-2013) BNCC (2018) pne and DCT, among others. In order to gather understanding about the implementation process of BNCC's curriculum, this research consisted of three fronts of analysis: identify the historical, theoretical and legal milestones that regulate bncc in the context of history teaching; verify the senses in which the common national curriculum base establishes for teaching history. Finally, the importance of oral history as a theoretical-methodological reference as a bias for the investigation of pedagogical practice of teachers is highlighted. In short, the conduct of oral interviews for the production of narratives allowed to understand the process of drafting and implementing the document from the experiences and experiences with history teaching in the context of the teacher's account. For the understanding of these concepts it is necessary that practice in the classroom is fundamental to the teaching and learning process, highlighting a critical look at the curricular proposal of BNCC/DCT. At some point it is said that the association between everyday and life history of students requires them to contextualize life experiences in society, articulating their individual and collective stories, that is, that they need to understand that the history of their lives is not disconnected in relation to major historical facts. Finally, we assess that there is still much to be researched in relation to bncc/dct and history teaching, we believe that this work still depends heavily on a collaborative, investigative position and that the teaching experiences regarding BNCC / DCT need to be constantly improved in terms of teacher training in reflective action on its practice and critical reflection of students.

Key Words: Common National Curricular Base. Curriculum of Tocantins. Teaching of history. The teachers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - EMEC Vale do Tocantins.....	24
Figura 2 - EMEC Boanerges M. de Paula.....	28
Figura 3 – As 10 competências da BNCC.....	51
Figura 4 – Mapa do Tocantins.....	64
Figura 5 - Avenida Tocantins, cidade de Miracema Tocantins.....	65
Figura 6 - Ponto Turístico Praça Ponto de Apoio.....	66
Figura 7 - Travessia da balsa entre Miracema e Tocantínia.....	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação das turmas do ensino fundamental I e II da EMEC Vale.....	25
Quadro 2 - Apresentação da equipe Administrativo da EMEC Vale do Tocantins.....	26
Quadro 3 - Apresentação da equipe Pedagógico EMEC Vale do Tocantins.....	27
Quadro 4 - Apresentação das turmas da EMEC Boanerges m. de Paula.....	29
Quadro 5- Apresentação da equipe Administrativo da EMEC Boanerges M. de Paula.....	30
Quadro 6- Apresentação da equipe Pedagógico da EMEC Boanerges M. de Paula.....	30
Quadro 7- Participantes da pesquisa – EMEF Campo Vale do Tocantins.....	31
Quadro 8- Participantes da pesquisa – EMEF Boanerges M. De Paula.....	31
Quadro 9- Percurso Histórico da Construção da BNCC.....	37
Quadro 10- Documentos norteadores da educação básica.....	40
Quadro 11- Metas do Plano Nacional de Educação.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de matrículas no município de Miracema.	68
Tabela 2 - Número de docentes da rede municipal de Miracema.....	69
Tabela 3 - Escolaridade/formação acadêmica dos docentes de Rede Municipal.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2021)..	68
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPed	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ATD	Análise Textual Discursiva
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUNI	Conselho universitário
CONAE	Conferência Nacional da Educação
DCT	Documento Curricular do Tocantins
DRE	Diretoria Regional de Ensino
DCN	Diretrizes Nacionais da Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEC	Escola Municipal de Educação do Campo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNE	Fórum Nacional de Educação
HO	História Oral
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Mistério da Educação e Cultura
PCNs	Parâmetro Curricular Nacional
PROBNCC	Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular
PIB	Produto Interno Bruto
P.P.P	Projeto Político Pedagógico
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAIC	Pacto pela Alfabetização na Idade Certa
PEE/TO	Plano Estadual de Educação do Tocantins
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Tocantins
SNE	Sistema Nacional de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Percursos metodológicos do estudo.....	17
1.1.1 Passos e Locos da Pesquisa.....	23
1.1.2. EMEC Vale do Tocantins.....	24
1.1.3 Conhecendo a unidade de ensino.....	24
2. EMEC BOANERGES MOREIRA DE PAULA.....	28
2.1 Conhecendo a unidade de ensino.....	28
2.1.1 População a serem estudada – Os professores colaboradores.....	31
3 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR e o Ensino de História	32
3.1 Marcos Legais que embasam a BNCC.....	38
3.1.1 Lei de Diretrizes e Bases	41
3.1.1.1 Parametros Curriculares Nacionais	43
3.1.1.1.1 Plano Nacional de Educação.....	44
3.2. BNCC com foco na competência.....	48
3.1.2 Ensino de História	53
3.1.3 O Ensino de História no DCT no Ensino Fundamental.....	71
4. A BNCC/DCT numa Conjuntura Local: As Narrativas dos professores da Disciplina de História de Miracema do Tocantins.....	62
4.1 Nuances histórica do Tocantins.....	63
4.1.1 Breve História do município de Miracema Tocantins.....	65
4.1.1.1 <i>BNCC/DCT: A voz dos professores na prática</i>	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICE A- RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO ESTUDO.....	98
APÊNDICE B-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO TCLE.....	99
APÊNDICE C – TERMO DE APROVAÇÃO DA DEGRAVAÇÃO	101
APÊNDICE D- ROTEIRO DA ENTREVISTA.	102
ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA	104
ANEXO B – CARTA DE INTENÇÃO DO PESQUISADOR.....	105
ANEXO C – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA.....	106
ANEXO D – PARECER CONSUBSTÂNCIADO DO CEP.....	107

1. INTRODUÇÃO

Caminhar para novos rumos da vida profissional e, conseqüentemente a pessoal, remete-nos ao princípio da nossa trajetória, histórias e memórias carregadas de lembranças, algumas boas, outras excelentes e algumas doloridas. Sendo assim, essas memórias buscam apresentar um pouco das implicações da autora pela educação, por consequência, na grata realização desta pesquisa.

Minha jornada enquanto aluna da educação básica foi na escola pública, uma trajetória de boas lembranças com professores que contribuíram para o meu sucesso escolar desde os primeiros anos de estudo, conseqüentemente me deram base para traçar um futuro promissor.

Sou natural de Carolina Maranhão, criada em Araguaína-Tocantins, sempre com incentivo de meus pais na difícil tarefa de dar o melhor para seus filhos, que é o estudo, ainda que com muitas dificuldades, fizeram o que puderam para garantir nossa educação, desde o ensino infantil até o mestrado, com muita persistência, dedicação e sucesso.

Minha carreira docente se inicia em 20 de abril de 1998, ano em que terminava o Curso Técnico em Magistério sendo contratada para dar aula já no período do estágio, numa turma do 5º ano (antiga 4ª série). Conseguindo então meu primeiro contrato como professora regente na Rede Pública Municipal de Ensino no município de Miracema. Naquele momento, portanto, se iniciava um novo processo de formação, por meio da prática adquirida em sala de aula passando a partir daí a constituir minha identidade como professora. No ano de 2002 fiz o concurso da educação e fui aprovada para o cargo de professora da Rede Municipal de Ensino.

Conclui a Graduação em Pedagogia em 2007 e no ano de 2011 terminei o curso de Especialização em Coordenação Pedagógica. Logo após participei de alguns processos seletivos do Curso de Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Educação, porém, sem obter sucesso. Mas com certeza os “nãos” recebidos durante esses processos seletivos só fariam parte do caminho que me prepararia para o momento atual. Realizando o sonho de entrar no mestrado em 2021 fui aprovada com um bom desempenho, pois sempre foi um dos grandes objetivos ingressar no Mestrado em Educação.

O trabalho surgiu a partir da motivação e da inquietação da minha atuação profissional na rede pública de ensino na cidade de Miracema do Tocantins, como supervisora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) em desenvolver pesquisas sobre o ensino de história, e respectivas mudanças, de modo que os resultados pudessem vir a contribuir in loco e expandir para outras realidades futuras.

Busquei pesquisar sobre o Ensino de História e a Base Nacional Comum Curricular/DCT na visão dos docentes. De fato, essas abordagens são apresentadas como essenciais que já eram previstas desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN), conforme descrito no artigo 26: “os Currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio devem ter Base Nacional Comum a ser complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar”. (BRASIL, 1996, p.28).

Ao longo dos quatro anos de Graduação, além de afirmar a afinidade com a área, descobri também a afinidade com a carreira educacional, procurando alcançar êxito maior na minha formação na modalidade de aluna especial ao cursar quatro disciplinas do Mestrado em Educação: Currículo do Ensino Fundamental: Análises e reflexões sobre o fundamental do currículo de 9 anos, Educação Intergeracional, Educação, Diversidade e Interculturalidade e Seminários e Dissertação, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) entre os anos de 2017 e 2019.

Assim, desenvolvi experiências significativa e atuante para alcançar resultados conceituados durante essa jornada de aluna especial, estabelecendo relações entre as fases mais marcantes da minha vida profissional e formação acadêmica, em especial a disciplina História e Memória, com a orientadora Prof^a Dr^a Jocyléia Santana dos Santos almejando virtude de trabalhar com esse objeto de estudo.

Ao ingressar no Grupo de Pesquisa História, Historiografia e Fontes de Educação-HHFPE da Universidade Federal do Tocantins, com ênfase em História Oral, muito contribuíram para minha formação acadêmica, científica e profissional por meio das diversas ações desenvolvidas ao longo dos anos com a oportunidade de conviver, aprender e somar ao Programa.

As decisões tomadas durante minha vida acadêmica e profissional contiveram momentos de muitos obstáculos, porém muitas conquistas, o otimismo sempre fez parte do meu ser e acreditando na minha força e dedicação o resultado chegou e estou realizada em cada fase vivida.

Essas experiências me convidaram a estudar, ir ao alcance de aquisição de boas leituras, interligando teoria e prática ao conhecimento adquirido e da curiosidade em aprender todos os dias. É imprescindível buscar informações, construir suas próprias ideias, dialogar na intenção de novas alternativas, melhorando o meu potencial tanto profissional quanto pessoal.

Contudo, em minha trajetória de vida profissional, sempre procurei aprimorar o que faço por meio de atitudes e edificação do reconhecimento dos meus vinte e três anos de

profissão, uma atividade difícil hoje que é “educar”, porém, para alcançar novos horizontes e novas informações, é necessário promover reflexões e inquietações consolidadas em uma visão ampla do que se pretende ensinar e aprender, rumo a uma educação de sucesso, despertando a autoestima, o senso crítico, autoconfiança e virtudes em aprendizado constante, assumindo de uma consciência coletiva e igualitária para todos os envolvidos nesse processo.

A relevância da pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar os conhecimentos do componente História, contemplados na BNCC na modalidade do ensino fundamental (anos finais) e como função primordial o de nortear as aprendizagens que os alunos devem desenvolver ao longo dos anos que estão inseridos.

A Base Nacional Comum Curricular foi homologada em dezembro de 2017. O processo de elaboração foi rápido e caracterizado por muitos debates especialmente o componente curricular de História que esteve envolvido em intensos debates entre acadêmicos, sociedade civil, mídia e do próprio governo.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância desta pesquisa em considerar sua contribuição para que o docente entenda sua prática como eixo de aprendizagem, tendo como base as experiências humanas e os lugares de vivência, interligando o sujeito, mudanças e processos.

Contudo, é preciso instigar os conhecimentos adquiridos em todo contexto escolar e verificar se de fato essas competências de ensino trazidas na BNCC são significativas e se contribuirão para a formação integral na vida cotidiana desses alunos. De acordo, o documento da BNCC,

O componente história versa que o estudante necessita desenvolver a concepção dos fatos históricos, políticos, econômicos e culturais ao longo do tempo, como das relações de poder e manutenção das estruturas sociais, e em diferentes espaços para avaliar, situar-se e intervir no mundo contemporâneo (BRASIL, 2017, p. 400).

No entanto, o ensino de História alinhado à (BNCC) contempla dois pontos importantes: que os alunos aprendam a relacionar o que aconteceu no passado com o presente e que possam desenvolver uma visão crítica dos fatos presentes. Nesse contexto apresentamos a dissertação: O Ensino de História e a Base Nacional Comum Curricular/DCT na visão dos docentes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Miracema do Tocantins.

(De acordo com a BNCC, “é preciso transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e da sociedade em que se vive”

BRASIL, 2017, p. 169), permitindo um sentido na escola e nos processos de escolarização, discorrendo sobre as possibilidades de construção do conhecimento histórico que colabora com a formação de estudantes no contexto de uma participação ativa no processo de ensino e aprendizagem em História.

Portanto é de grande valia que o documento em questão viabilize a busca da prioridade no fator ensino e aprendizagem, tanto no âmbito psicosocial quanto o intelectual do indivíduo. De modo que vem abordado como espaços de poder, os documentos curriculares funcionam como um sistema de significações em que os sentidos são produzidos pelos sujeitos (LOPES; MACEDO, 2011).

Assim, o objetivo esperado pelos elaboradores do texto é normatizar como podemos observar, que a BNCC é “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2018, p.7, grifo dos autores)”. Compreendemos que a escolha do termo “devem” cooperar para dar força normativa a esse discurso sinalizando certa imposição estabelecida entre os criadores e os professores.

Desse modo, não consiste ao educador o papel de evidenciar para que os alunos venha alcançar plenamente o aprendizado básico de forma igual para as classes sobre os diversos contextos socioeconômicos e regionais em que esteja inserido vai, além disso [...] “não se contentem mais em ocupar espaços furtivos de afirmação privada, mas que possuam a vontade e o conhecimento para transformar tais espaços em esferas públicas por meio da criação de movimentos sociais.” (McLaren, 2000, p.17). Segundo o Parágrafo Único, Art. 2º da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017:

De fato, as aprendizagens eficazes compõem todo o processo formativo de estudantes ao longo das etapas e modalidades de ensino no nível da Educação Básica, tendo como direito de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o aprendizado e qualificação para o trabalho (BRASIL, 2017 s.p).

Assim, na aprendizagem destaca que a competência é a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que o estudante necessita para desenvolver e resolver demandas difíceis da vida diária, do exercício pleno da cidadania, do trabalho e do mundo (BRASIL, 2017).

Essa proposta pedagógica política está sendo colocado em prática com o subsídio de órgãos normativos presente em diferentes debates bem como instituições e rede de escolas. (BRASIL, 2017). Assim, caso o estudante necessite mudar de cidade ou precise migrar da escola pública para a privada ele não terá prejuízo na continuação de seus estudos. A BNCC

foi idealizada com o propósito de integrar as referências dos estabelecimentos de ensino na preparação de seus currículos, analisando a ampla aversão entre elas nesse sentido.

Segundo a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2011, a BNCC possibilita a igualdade do acesso ao conhecimento estando em qualquer nível vivido pelo aluno, não sendo um currículo acabado, com normas fechadas e exclusivas traz como direção à etapa da formação escolar, sem ignorar aos objetivos de aprendizagem e peculiaridades de cada escola, ou seja, cada local diz respeito a um procedimento e aos aspectos sociais. (BRASIL, 2017).

É evidente que a pesquisa científica apropria-se desse novo cenário mediado por discussão favorável na ação pedagógica, analisando as contribuições de um método formativo que proporcione mudanças na sociedade, na escola e na prática do professor. Foi a partir de então que surgiram os questionamentos aos quais a pesquisa pretende responder e assim, de alguma maneira contribuir para a prática dos que trabalham com o ensino de História.

Diante dos seguintes pressupostos, questiona-se: como evidenciar a importância do ensino de história e a Base Nacional Comum Curricular compreendendo o período de 2018 a 2022, através das narrativas dos professores da Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins e Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula da Rede Municipal de Miracema-Tocantins?

A estrutura desta dissertação está organizada no seguinte formato: na primeira seção encontra-se a introdução, discorrendo sobre a pesquisa em estudo, caminhos que revelam nossa temática, memorial sobre a pesquisadora; Na segunda seção: encontra-se a metodologia da pesquisa, os passos percorridos, os *locus* e os entrevistados; A terceira seção: a BNCC e os Marcos Legais e o ensino de história; Na quarta seção: Traz a Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular do Tocantins, e as Narrativas dos professores; Na quinta seção, as considerações finais da pesquisa, e encaminhamentos da pesquisa, são esboçadas as principais reflexões a respeito do Ensino de História e a Base Nacional Comum Curricular/DCT na visão dos docentes.

Com a obtenção dos resultados foi possível promover uma reflexão, percorrendo os limites e possibilidades de aprendizagem para o processo de preparação e planejamento das aulas para anos posteriores, proporcionando contribuições não só enquanto pesquisa e dados, mas também como reflexão sobre o método formativo que envolve o ato de ensinar e aprender história.

1.1 Percursos Metodológicos Do Estudo

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins sob nº. 5806.840. O trabalho de pesquisa científica é desenvolvido por etapas, que se constituem em um método, ou seja, uma passagem para facilitar todo o processo, buscando mapear o caminho, evitar imprevistos e esclarecer os rumos para o próprio pesquisador. É de saber que a pesquisa científica objetiva contribuir fundamentalmente para o progresso do conhecimento humano em todos os setores, sendo metodicamente planejada e executada segundo rigorosos critérios de processamento das informações.

Será chamada pesquisa científica se sua realização for objeto de investigação planejada, desenvolvida e redigida conforme normas metodológicas consagradas pela ciência. Cabe ressaltar que Triviños (2008) destaca que o tipo de entrevista mais adequado para a pesquisa qualitativa aproxima-se dos esquemas mais livres, menos estruturados, em que não há imposição de uma ordem rígida de questões.

Para Marconi e Lakatos (2003) o método científico é dividido em quatro etapas, sendo elas: a) A observação que é a etapa em que há execução dos questionamentos sobre o fato observado, a formulação de uma hipótese que é uma possível explicação para o problema em questão; b) A experimentação, momento em que o pesquisador realiza experiências para provar a veracidade de sua hipótese; c) A interpretação dos resultados, em que o pesquisador decodifica os resultados de sua pesquisa; e, por fim, d) A conclusão, no qual é feita uma análise final e considerável sobre o fato em questão.

De acordo com Triviños (2009) cabe aos pesquisadores da educação, e das ciências sociais em geral, a responsabilidade de construir o próprio conhecimento à luz de traços da realidade que observam, caso contrário, cabe ao pesquisador elaborar e organizar a metodologia para explicar, compreender e dar significados aos fenômenos que estuda. Por isso, Triviños (2009) propõe procedimentos específicos da pesquisa qualitativa para facilitar o desenvolvimento e a técnica de tais pesquisas específicas.

O objetivo desta pesquisa foi o de narrar as experiências docentes com o ensino de história utilizando a BNCC/DCT, com recorte temporal de 2018 a 2022. Adotando como base as narrativas dos professores da Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins e da Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula, da Rede Municipal de Miracema-Tocantins em relação ao seu trabalho com a disciplina de História e como as experiências vem sendo discutido em sala de aula.

As análises acerca do ensino de história foram realizadas com o uso de pesquisa

bibliográfica em obras de autores que discutem essa temática como: Triviños (1987) Schmidt (2004) Alberti (2004, 2005) Thompson (1992) Meihy, (1996) dentre outros.

Na pesquisa de campo o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância do pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo (GIL, 2002, p. 53). Embora a grande maioria dos documentos balizadores desta pesquisa esteja disponibilizada pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em seus portais, alguns dados necessários para complementação das informações foram extraídos de fontes secundárias, encontradas na internet, que incluíram:

“[...] *sites* [...] de informação de negócios e notícias de jornais, bem como *blogs*, *Facebook* e *Twitter*” (BALL, 2014, p.80), entre outras fontes que fizessem referência à BNCC, como revistas, sites de fundações, organizações e conselhos ligados à temática.

A metodologia da história oral temática dá vez e voz aos professores, subsidia o percurso da pesquisa na elaboração do projeto, seleção dos sujeitos, autorizações, diálogo com os possíveis entrevistados, esclarecimentos sobre a pesquisa, agendamento com os pesquisados, utilização de roteiro da entrevista, degravação, aprovação da entrevista e assinatura do termo de aprovação pelo entrevistado.

Só após todos esses cuidados éticos, utilizaram-se os dados coletados (MEIHY, 1996; PORTELLI, 1997; SCHMIDT, 2004, ALBERTI, 2004, 2005). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 04 (quatro) professores. Os depoimentos possibilitaram a ampliação de questões em torno do ensino de história, do ensino aprendizagem e da sua prática. A pesquisa explora a sala de aula e suas particularidades com base nos referenciais teóricos e análise da realidade vivida pelos sujeitos.

O pesquisador, ao realizar um trabalho com história oral, tem uma responsabilidade a mais, não podendo adicionar seu ponto de vista, em relação ao entrevistado, ou seja, não tratar o relato do entrevistado como sendo próprio de verdade.

Segundo Barros (2005, p. 9),

Iniciar uma pesquisa, em qualquer campo do conhecimento humano, é partir para uma viagem instigante e desafiadora. Por isso, a pesquisa necessita de um planejamento, mesmo que provisório, para orientar o pesquisador no caminho a ser percorrido.

Assim é importante ter bem claro como e para que se deseje realizar uma entrevista utilizando da história oral. Como se portar na forma de dar vez e voz aos esquecidos? Pois toda entrevista é um documento em análise.

É preciso entender que o trabalho com História Oral é cuidadoso e demanda atenção do pesquisador. Conforme Alberti (2005b, p. 189): “Não se trata de sair com o gravador em punho e solicitar às pessoas que relatem suas vidas”. De fato, ao iniciar uma pesquisa é necessário antes esboçar certos caminhos para dar sustentação ao trabalho realizado ao se fazer uso da investigação.

O enfoque deste texto com apontamentos na História Oral e na elaboração das entrevistas é que algumas questões podem surgir ao se fazer uma pesquisa com HO, e na busca de explicações para tais questionamentos, foram realizadas algumas leituras teórico metodológicas de alguns autores Corrêa (1978), Alberti (1989, 2005 a 2005), Ferreira e Amado (1998), Neves (2000) Delgado (2006) e Meihy e Holanda (2010).

Nesse aspecto “o referido estudo é uma pesquisa de cunho qualitativa, tomando como base importante os depoimentos dos sujeitos pesquisados” e por entender que essa abordagem capta não só a aparência do fenômeno, mas também sua essência, implicando em uma maior aproximação da realidade aos fatos pesquisados (TRIVIÑOS, 1987, p.129).

O método versa em história oral temática, a pesquisa é de natureza aplicada compreendendo os objetivos no contexto exploratório. A pesquisa exploratória possui um planejamento flexível sob diversos aspectos incorporando-se ao método. Segundo Thompson (1992), a história oral é uma prática social possivelmente geradora de mudanças que transformam tanto o conteúdo quanto a finalidade da história, pois, para ele, a história oral altera o enfoque da própria história e revela novos campos de investigação, podendo derrubar barreiras entre alunos, professores e instituições educacionais.

As narrativas possibilitaram uma articulação e o confronto em meio à teoria e prática ao ensinar história, impulsionando uma nova dimensão do próprio currículo e a condução de noções dos currículos levando em consideração as tradições referenciadas em conteúdos e práticas culturais homogêneas.

De certa forma, a história oral oferece aos indivíduos de diversas classes sociais o direito da escuta, permitindo, assim, fatos para que possam servir de base e coleta de dados. Entretanto, "oportuniza ao povo que se mobilize e fale por si próprio. É a oralidade admitindo e confiando ao sujeito o seu direito e seu papel de centralidade no ato de contar uma história (...)" (OLIVEIRA, 1997, p. 3).

Na visão de Meihy (2010) a história oral se apresenta como uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento em que o ponto

de partida das entrevistas implica em aceitar que os procedimentos são feitos no presente, com gravações, e envolvem expressões orais emitidas com a intenção de articular ideias orientadas a registrar ou a explicar aspectos.

Conforme as autoras Macedo e Santos (2020, p.112) discorrem:

A metodologia da história oral temática subsidiará o percurso da pesquisa na elaboração do projeto, seleção dos sujeitos, autorizações, diálogo com os possíveis entrevistados, esclarecimentos sobre a pesquisa, agendamento com os pesquisados, utilização de roteiro da entrevista, de gravação, aprovação da entrevista e assinatura do termo de aprovação pelo entrevistado.

Em outra vertente, as narrativas dos docentes, por meio da História Oral temática, foram utilizadas para analisar os documentos da BNCC e DCT, visando uma compreensão macro do estudo desenvolvido. Portanto, a elucidação de traços de cunhos ideológicos, políticos, e econômicos assumem uma posição de destaque na natureza das narrativas presente em um documento curricular oficial. A análise documental da BNCC e do Documento Curricular do Estado do Tocantins (DCT) como outra fonte de evidências nos possibilitou identificar quais os fundamentos pedagógicos foram e são orientadores no processo de ensino e aprendizagem de história.

Segundo (Alberti 1990, p. 52) falar de uma história verdadeira seria muito simples, entretanto podemos assegurar que se trata de uma percepção adaptada do real, cada ser histórico singulariza a sociedade na qual está inserido e a entende de uma forma particular emitida pelo depoente, que compreende e se adequa do mundo ao seu redor. Ao tornar pública sua percepção está de alguma forma, colaborando para a explicação parcial de alguma condição vivenciada. (Alberti 1990, p. 52).

A Base Nacional Comum Curricular tem como objetivo estabelecer os conteúdos comuns da educação no Brasil e sua execução é obrigatório tanto para escolas públicas quanto para as privadas. O processo de implantação iniciou-se no ano de 2018, dessa forma, estudos sobre seu impacto e a sua constituição são fundamentais para compreender os interesses de grupos que têm relação com esse documento.

As diferentes perspectivas e possibilidades que envolvem o ensino de História podem ser percebidas a partir das diferentes concepções curriculares. As autoras MEIHY; HOLANDA (2010),

também definem os cinco passos para a realização de um trabalho em História Oral: elaboração do projeto (critérios e procedimentos), entrevistas/gravação (trabalho de campo); estabelecimento do documento escrito e sua seriação (transposição do oral para o escrito), análise (dependendo do objetivo do projeto), arquivamento (e manutenção do material), devolução social (compromisso social com o grupo

pesquisado) (MEIHY; HOLANDA, 2010, p. 17).

Conforme MEIHY; HOLANDA, os pesquisadores que utilizam a História Oral precisam ser responsáveis tanto com as preocupações metodológicas do trabalho quanto respeitar os sujeitos e as informações coletadas e interpretadas, correspondendo ou não aos seus desejos e expectativas.

As questões éticas são indispensáveis na visão de Portelli (1997, p. 13), para quem esta percepção vai além de diretrizes ético-jurídicas ou profissionais, pois perpassa por “uma consciência mais abrangente e profunda do compromisso pessoal e político com a verdade e a honestidade”. Segundo Portelli (1997),

Cada pessoa é uma combinação de um grande número de histórias em potencialidade, de perigos iminentes, contornados e possibilidades idealizadas e não sugeridas. Como historiadores orais, a arte de ouvir fundar-se no acordo de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência (PORTELLI, 1997, p. 17).

Desse modo, que o respeito pelo valor e pela importância de cada sujeito é sim, uma das primeiras lições de ética sobre o conhecimento com o trabalho de campo na História Oral. Segundo Alberti (1989) a história oral pode ser percebida como uma metodologia de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que compartilharam ou testemunharam algum acontecimento como forma de se aproximar do objeto de estudo.

Contudo, trazemos aqui a História Oral a partir de aspectos e aproximações em relação a sua grandeza metodológica, à luz de contribuições teóricas que a apoiam nesse prisma e assim, buscamos reforçar sua importância metodológica para pesquisas qualitativas.

Desse modo, a história oral que conhecemos é uma técnica antiga que surgiu de forma contada, e que agora se constitui de maneira escrita por meio de depoimentos.

Pode-se dizer que a HO é entendida como:

um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989 p.52).

Podemos dizer, também que a escrita e as narrativas orais se completam reciprocamente e não se excluem uma da outra, sendo base para a sua total constituição. Cada ser tem uma forma de falar de uma história, suas vivências, dos acontecimentos que testemunharam e, assim, contribuir com suas percepções e visões de mundo.

Ao se falar do uso da fonte oral, muito preconceito ainda existe, quando as vozes são silenciadas, a fonte oral tem o objetivo de devolver ao povo sua dignidade histórica através da HO narrada por seus próprios autores, por meio de uma reconstrução do passado.

No entanto, há críticas em relação à credibilidade no uso da fonte oral, onde parece que os depoimentos orais, como fonte pessoal acontecem de forma imaginária concernente à memória. Thompson (1992) argumenta que

nenhuma fonte está livre da subjetividade, seja ela escrita, oral ou visual. Todas podem ser insuficientes, ambíguas ou até mesmo passíveis de manipulação. Apesar da subjetividade a que a fonte oral está sujeita, em seu livro *A voz do passado* o autor defendeu o uso da metodologia da história oral, ao afirmar que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história”. [...] transformando os objetos” de estudo em sujeitos (THOMPSON, 1992 p. 137).

De acordo o apontamento de Thompson (1992), há a necessidade de se tomar cuidados tanto na entrevista como na transcrição pra que se tenha uma precisão nesse método, fazendo sempre uma comparação entre documento escrito e fonte oral. Uma crítica se faz presente sobre a HO em usá-la somente em pesquisas com temáticas atuais, isso se baseia na questão de não se organizar e formar os próprios arquivos em fontes orais, para permitir materiais aos historiadores no futuro e não só do tempo presente, como fitas, filmagens e transição dos envolvidos. De acordo com Nora (1993)

A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante demandam análise e discursos críticos. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica [...] (NORA, 1993 p. 9).

Destarte, como ponderou Nora (1993) embora a memória consistisse em um fenômeno atual ela está firmemente ligada ao imaginário das pessoas e pode complementar um documento nos estudos históricos partindo da concepção de que os dois determinam subsídios sobre as modificações apresentadas pela sociedade.

Segundo Garrido (1992)

É necessário, pois, trabalhar com os dois registros sem que isto signifique que sejam complementares. Há coisas que nunca poderemos saber a partir apenas do documento escrito, e também há coisas que a pesquisa oral não permite sequer que sejam colocadas” (GARRIDO, 1993, p.39-40).

As informações recebidas por meio de fontes orais apresentam visões diferentes, pois cada caso é particular e cabe ao historiador procurar ser imparcial, bem como buscar se

amparar em distintas formas de pesquisa, reconhecendo suas trajetórias individuais e coletivas, porquanto todo ser humano precisa ser ouvido e respeitado em suas especificidades.

E ainda surgem diversas divergências nas opiniões de alguns historiadores como Philippe Joutard, Alessandro Portelli e Chantal de Tourtier-Bonazzi. (AMADO; FERREIRA, 2006), que defendem a metodologia da HO como algo mais complexo, e não só um processo de entrevista. Já para outros especialistas eles reconhecem a HO como uma área para obter finalidades próprias como modo de articulação de como deve ser e como se admitir uma entrevista.

1.1.1 Passos e Lócus da pesquisa

Inicialmente para realizarmos a pesquisa, elaboramos um projeto, onde a orientadora a professora Dra. Jocyleia Santana dos Santos, aprovou e pontuou sugestões de melhorias. Após, buscamos autorização da SEMED de Miracema do Tocantins, viabilizando permissão para a realização da referida pesquisa. Os gestores das unidades de ensino autorizaram e estive nas respectivas unidades de ensino, observando o espaço e realizando a pesquisa no horário de livre docência dos professores. As entrevistas foram gravadas, após degravadas e enviadas para a aprovações dos professores (documentos nos apêndices), após todo o trâmite ético, utilizamos as narrativas para produzir as discussões visando responder aos objetivos do estudo.

Participaram da pesquisa quatro professores do Ensino fundamental que atuam nas escolas do município de Miracema do Tocantins. EMEC Vale do Tocantins e EMEC Boanerges Moreira de Paula. Para a caracterização das escolas, foi realizada uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), e os dados pesquisados são descritos por escola a seguir.



1.1.2 Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins

Figura 01- EMEC Vale do Tocantins



Fonte: Arquivo escolar, (2023)

1.1.3 Conhecendo a Unidade de Ensino I

A Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins foi criada no ano de 1997, na Fazenda Santa Luzia, de propriedade do Sr. Roberto Carneiro, com o esforço dos seguintes moradores: Onofre José de Matos, João Batista de Macedo e Francisca Gomes Carneiro.

Foram esses moradores que escolheram e deram o nome de Vale do Tocantins por estar distante da sede do município e localizada à margem do Rio Tocantins. Permanecendo por um ano na fazenda, transferido para esta localidade denominada Assentamento Irmã Adelaide permaneceu por um ano num barracão coberto de telhas e paredes com tábua vinda a construção do prédio próprio sendo finalizada no ano de 1999.

A Escola foi criada pela Lei 070/90 em 03 de maio de 1990 na Câmara Municipal de Miracema do Tocantins, na gestão do então prefeito Boanerges Moreira de Paula, seguindo o regime escolar da rede municipal. Sua estrutura curricular é padronizada pela Secretaria do Estado do Tocantins (SEDUC/TO). Atualmente a escola apresenta uma estrutura física composta de 5 salas, com uma área de 48.30 m², uma sala com 23,76 m², uma cantina com

23,46 m², dois banheiros, sendo um masculino e um feminino cada um com três vasos e duas pias, com uma área de 13,30m², uma sala dos professores e coordenação com uma área de 12,7m², uma secretaria com área de 12,7 m², totalizando 488,68m².

Hoje a Unidade Escolar tem nova denominação: Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins, devido à Lei Municipal nº 378/2014 de 17 de março de 2014. A escola oferece três modalidades de ensino: a Educação Infantil com Pré-Escolar I e II, Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, e Educação de Jovens e Adultos 1º e 2º Segmento com um total de 191 alunos matriculados, sendo divididos em três turnos: do 5º ao 9º ano no turno matutino, do Pré-Escolar ao 4º ano vespertino e no período noturno a Educação de Jovens e Adultos.

A escola encontra-se na oitava gestão, os quais seguem pela ordem: Maria Francisca S. de Araújo, de 1997 a 1998; Alcino Lino de Sousa, em 1999; Geny Pereira Cunha em 2000; Lusinar Almeida Lima, de 2001 a 2004; Valdiná Gomes Andrade de Oliveira, de 2005 a 2012; Rosimar Silva do Nascimento em 2013, Luciene Dias Noletto 2014 a 2018, a professora Maria Edna Pereira da Silva Cavalcante e atualmente o professor Delmiro Galvão de Sousa. A escola possui três Órgãos Colegiados: Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e a Associação de Apoio.

Possui como fontes de recursos para sua manutenção, para consecução de seus objetivos estatutários as dotações específicas provenientes de convênios firmados com a Secretaria Municipal de Educação, com o Ministério da Educação e/ou com outros entes públicos. Sua estrutura é composta por: Assembleia Geral; Diretoria Executiva; Conselho Escolar e Comunitário e Conselho Fiscal. Atualmente a escola possui um total de 07 turmas do ensino fundamental assim distribuída.

Quadro 01 - Turmas do Ensino Fundamental I e II da EMEC- Vale do Tocantins

Série /ano Multisseriada	Turno	Quantitativo	Professores
Pré I e II	Vespertino	29 alunos	Valdiná Gomes A. de Oliveira
1º e 3º ano	Vespertino	25 alunos	Neuza de Sousa Nunes Neta
2º ano	Vespertino	22 alunos	Alda Beatriz Albert

4° e 5° ano	Vespertino	21 alunos	Maria Edna Pereira da S. Cavalcante
6° e 7° ano	Matutino	22 alunos	Célia de Farias Silva e Maria das Dores
8° e 9° ano	Matutino	30 alunos	Célia de Farias Silva e Maria das Dores
EJA 1° seguimento	Noturno	21 alunos	Odelice Cordeiro Rocha
Total de alunos	170		

Fonte: Secretaria escolar/2023 elaborado pela pesquisadora.

A dinâmica do Projeto Político Pedagógico é que a escola caminhe rumo à conquista da sua autonomia pedagógica e administrativa, já garantido pela LDB. No entanto, a escola já possui sua identidade própria construída baseada na autonomia, que acontece na medida em que ela se dispõe e consegue envolver nos seus afazeres pedagógicos e administrativos toda a sua comunidade escolar em um processo em que todos participam coletivamente das decisões de forma a contribuir para a democratização no âmbito escolar. A equipe de servidores é composta por 17 funcionários.

Quadro 02- Apresentação da equipe de servidores – Administrativo – EMEC Vale do Tocantins

Nº	Nome	Formação	Função	Situação
01	Delmiro Galvão de Sousa	Normal Superior	Diretor	Contrato
02	Rosilda Luiza Tavares P. Nunes -	Ensino Médio	Técnica em Secretaria	Contrato
03	Elizabeth Vieira Maione	Ensino fundamental	Técnica em alimentação escolar	Efetivo
04	Alba Lúcia Barreira Ramos	Ensino Fundamental	Técnica em alimentação escolar.	Efetivo
0	Rúbio Santos Morais	Ensino Médio	Vigilante	Contrato

5		Completo		
06	Cloves Rodrigues Barbosa	Cursando EJA	Vigilante-	Efetivo
07	Deusimar Araújo	Ensino Fundamental	Vigilante	Contrato
08	Eva Alves de Oliveira	Cursando Ensino Médio	Auxiliar de Serviços Gerais	Contrato
09	Vanda de Oliveira Sousa	Ens. Médio.	Auxiliar de Serviços Gerais	Contrato

Fonte: Secretaria escolar/2023, elaborado pela pesquisadora.

Quadro 03- Apresentação da equipe de servidores– Pedagógico- EMEC Vale do Tocantins

Nº	Nome	Formação	Função	Situação
01	Alda Beatriz Albert	Normal Superior	Professora	Efetivo
02	Célia de Farias Silva	Cursando Licenciatura em Matemática.	Professora	Contrato
03	Maria Edna da Silva Cavalcante	Graduada em Pedagogia	Professora-	Efetiva
04	Neuza de Sousa Nunes Neta	Graduação em História e Pedagogia.	Professora	Contrato
05	Valdiná Gomes Andrade	Graduação em Pedagogia	Professora	Contrato
06	Maria das Dores	Graduação em Pedagogia e Orientação Educacional	Professora	Contrato
07	Odelice Cordeiro Rocha Pinto	Normal Superior	Professora	Contrato
08	Raimunda Gomes Pereira Rocha	Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação em Educação Infantil	Coordenadora	Contrato

Fonte: Secretaria escolar/2023, elaborado pela pesquisadora.



2 ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO BOANERGES MOREIRA DE PAULA

Figura 2- EMEC Boanerges M. de Paula



Fonte: Arquivo escolar, (2023).

Conhecendo a Unidade de Ensino II

A Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula que tinha o nome de Escola Municipal Brejinho, foi fundada no ano de 2000 na Gestão do Prefeito Ernesto Rotta Giordani e do Secretário de Educação Gênes Francelino de Alencar, atendendo a 71 famílias. No ano em que foi fundada havia apenas 25 alunos e a escola ofertava somente Ensino Fundamental I, com dois professores Dário de Sousa Pinto, Deurivã Rodrigues Santana e a merendeira Luíza Carvalho.

O primeiro dia de aula ocorreu no dia 13 de março de 2000 em um barracão de palha aberto. Já no ano seguinte passou a trabalhar com turmas do 1º ao 7º ano, tendo um aumento do número de professores e tendo como Gestora a senhora Francimauro Soares Parrião Aguiar e Iracema Alves como Coordenadora Pedagógica. No ano de 2002 a escola passou a ofertar o Ensino Fundamental I e II, tendo como Diretora a senhora Iêda Suarte Passos.

Em 2008 foi implantado o programa de Alfabetização de Jovens e Adultos “Alfasol”, Telesol, atendendo em média 15 alunos, deixando de funcionar dois anos depois. Em 2009 foi implantado na escola o programa “direito de aprender” uma parceria entre a Diretoria

Regional de Ensino com a Secretaria Municipal de Educação, atendendo em média 15 alunos do Ensino Médio, porém funcionou apenas dois anos por falta de alunos.

Já em 2018 voltou a funcionar o Ensino Médio Regular, com turmas de 1º, 2º e 3º anos sendo uma parceria da Secretaria Municipal de Educação de Miracema do Tocantins com a SEDUC/TO. O Ensino Médio era uma Extensão do CEM Dona Filomena Moreira de Paula. No ano de 2014, através da Lei nº 379/2014 Art. 1º, do dia 17 de março de 2014, a Escola passou a se chamar Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula.

Atualmente, a Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula está localizada no Assentamento Brejinho-Zona Rural no Município de Miracema Tocantins, atendendo ao todo 52 alunos desde o Pré-Escolar ao 9º ano do Ensino Fundamental, funcionando nos turnos matutino e vespertino.

A estrutura física da escola está dividida em 01 sala para secretaria, 01 sala para direção, 01 cantina, 01 banheiro masculino, 01 banheiro feminino, 01 sala de professores, banheiro de funcionários, Biblioteca, 01 sala de depósito, e 01 almoxarifado. Atualmente a escola possui um total de 03 turmas multisseriadas do ensino fundamentais assim distribuídas.

Quadro 04- Apresentação das turmas-. EMEC Boanerges M. de Paula

Série/ano	Turno	Quantitativo de alunos	Professores
Pré I, Pré II e 1º ano	Vespertino	22	Valderice Pereira G. Santos
2º ao 5º ano	Matutino	15	Marlene da Silva
6º ao 9º ano	Vespertino	15	Otávio Francelino de Sousa
Total de alunos	52		

Fonte: Secretaria escolar/ 2023.

A grande maioria dos alunos são filhos de agricultores que vivem basicamente da agricultur familiar. A maioria das famílias é beneficiada pelo Programa Bolsa - Família. Há uma grande rotatividade por parte dos discentes uma vez que as famílias trabalham em fazendas e se mudam com certa frequência. Assim o fluxo de transferências e matrículas é intenso. A equipe é composta por 14 de servidores sendo apresentados no quadro a seguir.

Quadro 05- Apresentação da equipe de servidores - Administrativo - EMEC Boanerges M. de Paula

Nº	Nome	Formação	Função	Situação
01	Selma Ribeiro Rodrigues	Pós-Graduada em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar	Coordenadora de Apoio	Efetivo
02	Cristiane Evangelista de Jesus	Cursando Gestão Pública	Auxiliar em Secretaria	Contrato
03	Etelvina Gomes da Costa	Ensino Médio Técnico em Contabilidade e Científico	Técnica em Infraestrutura	Efetivo
04	Lucilene Vieira da Silva	Ensino Fundamental I	Auxiliar em Serviços Gerais	Contrato
05	José Soares Cordeiro	Ensino Fundamental I	Vigilante	Contrato
06	Edilton Ferreira Mendes	Ensino Fundamental I	Vigilante	Contrato
07	Edileuza Lima de Sousa Silva	Licenciada em História	Merendeira	Efetivo
08	Maria Katiane do Nascimento Barros	Licenciada em História e Pedagogia	Coordenadora Pedagógica	Contrato
09	Lucélia Ferreira Parente Portilho.	Licenciada em Pedagogia	Coordenadora de biblioteca	Efetivo

Fonte: Secretaria escolar/2023, elaborado pela pesquisadora.

Quadro 06- Apresentação da equipe de servidores– Pedagógico- EMEC Boanerges M. de Paula

Nº	Nome	Formação	Função	Situação
01	Lucas de Lucca	Mestrado em Matemática	Professor 2ª Fase	Efetivo
02	Marlene da Silva	Pós-Graduação em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar.	Professora 1ª e 2ª Fase	Efetivo
03	Otávio Francelino Sousa	Pós-Graduação em Educação Infantil	Professor 2ª Fase	Efetivo
04	Valdilene Moreira Nogueira	Pós-Graduação em Educação Infantil	Professora 2ª Fase	Contrato
05	Valderice Pereira Gomes Santos	Pós-Graduação em Educação Infantil	Professora 1ª Fase	Efetivo

Fonte: Secretaria escolar/2023, elaborado pela pesquisadora.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento que vai além do currículo escolar, está relacionado com a organização do trabalho pedagógico em dois contextos: a organização

da escola como um todo e a organização da sala de aula, buscando a visão de coletividade. O PPP descreve como meta, aprender a fazer e conduzir o ser humano a lidar com situações de emprego, trabalho em equipe, desenvolvimento corporativo e valores necessários para cada trabalho. Não realizamos análise do PPP em relação ao componente curricular de História, um proposto de estudo futuro.

2.1. 1. População a ser estudada

Foi aplicado um (01) questionário, no próprio ambiente escolar, onde os professores tiveram autonomia para aceitar ou não participarem da pesquisa, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Assim, os quatro professores aceitaram participar da pesquisa.

Quadro 07- participantes da pesquisa – Escola Municipal do Campo Vale do Tocantins.

Nome	Data de nascimento	Formação	Tempo de atuação na docência	Tempo de atuação na escola
Célia de Farias Silva	24/10/1994	Cursando Licenciatura em Matemática	08 meses	08 meses
Neuza de Sousa Nunes Neta	29/02/1980	Licenciatura em História e Pedagogia.	12 anos	08 anos

Fonte: dados coletados na entrevista, criado pela autora (2023).

Quadro 08- participantes da pesquisa – Escola Municipal do Campo Boanerges Moreira de Paula

Nome	Data de nascimento	Formação	Tempo de atuação na docência	Tempo de atuação na escola
Otávio Francelino Sousa	21/11/1961	Pós Graduação em Educação Infantil	26 anos	17 anos
Marlene da Silva	22/03/1966	Pós-Graduação em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar.	23 anos	12 anos

Fonte: dados coletados na entrevista, criado pela autora (2023).

Cabe ressaltar diante da observação do quadro apresentado que apenas um professor tem formação em História, dois estão no final da sua carreira docente, desse modo ressalta a necessidade dos sistemas de ensino refletir constantemente sobre o ensino de História, com o desafio de destacar onde se concentra as dificuldades diante das informações citadas anteriormente.

3. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA

O documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como fundamento definir um conjunto de aprendizagens que são essenciais para que todos os alunos possam desenvolver durante a educação básica. Desse modo, tendo iniciado em 2015 e concluída em 2017 (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e 2018 (Ensino Médio), a BNCC tem como objetivo garantir aos estudantes de escolas públicas e privadas, urbanas e rurais de todo o país, o direito de aprender um conjunto eficaz de conhecimentos para reduzir as desigualdades educacionais existentes no Brasil. De fato, a BNCC é um documento de caráter normativo que define,

[...] o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017, p. 8)

No entanto, ela apresenta uma orientação como proposta do desenvolvimento de habilidades e competências para que seja implantada com sucesso de modo a garantir que todos os alunos em qualquer lugar do país aprendam de maneira unificada, elevar a qualidade do ensino e formar estudantes com habilidades e conhecimentos considerados essenciais para o século XX, impulsionando a modernização dos recursos e das práticas pedagógicas nas escolas.

A consulta pública da BNCC aconteceu em 2015, e cerca de quarenta e cinco mil escolas participaram. Logo depois, a segunda versão contou com a presença dos Estados e do Distrito Federal, sendo que nove mil pessoas debateram sobre o documento entre educadores e alunos, o que consentiu que a sociedade participasse diretamente na constituição desse projeto. Da mesma forma, a terceira e última edição, foi homologada, pelo MEC em dezembro de 2017, passando a valer em todo o Brasil e contou com mais uma série de discussões para sua conclusão.

Posto isso, é preciso se atentar a essa proposta, sendo necessário afirmar que todos os agentes que atuam nas escolas e fora delas tenham compromisso em participar desse processo formativo dos alunos, visto que todo ensino e aprendizado vão além dos muros das escolas, de metodologias diferenciadas e práticas de ensino.

Bittencourt (2011) recomenda com rigor metodológico uma análise no que diz

respeito à seleção cultural do que é considerado como essencial aos alunos aprenderem em cada etapa da educação básica. O texto introdutório do documento confirma essa ideia quando diz que:

[...] a BNCC está comprometida no que se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. (BRASIL, 2017, p. 15).

Desse modo, o texto introdutório trouxe os apontamentos sobre as novas fases e modalidades de ensino no sentido de proporcionar e apresentar melhorias na qualidade do ensino da educação básica, ou seja, a base precisou ser autenticada por um acordo entre órgãos federativos e assim, o processo de formulação alcançou meio e condições para então ser construída.

De acordo a Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, Art. 5º, “a BNCC é referência nacional para os sistemas de ensino e para as instituições ou redes escolares públicas e privadas da Educação Básica, dos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, para construírem ou revisarem os seus currículos”. Já no Art. 7º há menção que “os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica devem ter a BNCC como referência obrigatória”. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2017).

A BNCC é uma política de Estado, construída de forma democrática e colaborativa, por meio de um processo que foi iniciado em 2015. Sua elaboração contou com amplas discussões e debates teóricos conceituais e ideológicos. Ela recebeu também vasta participação da população, por meio de consulta pública, seminários estaduais, contribuições de professores, especialistas e associações científicas (BRASIL, 2017 p. 17).

De acordo o MEC, a base está fundamentada em uma composição de documentos oficiais da educação, sendo eles: a Constituição Federal de 1988 (Art. 10º); a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Art. 9º, Inciso IV; e Art. 26º); as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, Art. 14º); o PNE de 2014 (estratégia 1.9; estratégia 2.1; estratégia 3.2 e 3.3; meta 7, estratégia 7.1); e a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

Ainda assim, o grande desafio situa-se no difícil procedimento político de localizar alguns acordos, mesmo que transitórios de preparar uma Base Nacional Comum. É um grande desafio, porém é possível alcançar períodos nos quais determinadas ideias e metodologias tornam-se comuns, podendo muitos grupos ficar contrariados ou até perderem seus espaços, poderes de regulação e distância nos sentidos das políticas públicas.

A linha do tempo com os marcos da elaboração da BNCC teve início entre 19 e 23 de novembro, 2014 sendo realizada em Brasília-DF na 2ª Conferência Nacional pela Educação (CONAE), organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE) tendo como resultado um documento sobre as propostas e reflexões para a Educação brasileira um importante referencial para o processo de mobilização para a Base Nacional Comum Curricular, sob o formato de congressos ou conferências.

Aconteceu entre os dias 17 a 19 de junho de 2015 em Brasília- DF, o I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNCC. Esse Seminário foi um marco importante no processo de elaboração da BNCC, pois reuniram todos os assessores e especialistas envolvidos na elaboração da BNCC.

De acordo a Lei n 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96). A discussão pública foi realizada nas unidades da federação sob a coordenação das Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com as Associações Acadêmicas e Científicas que atuam nas áreas de conhecimento da Educação Básica.

Houve uma grande mobilização das escolas de todo o Brasil de 2 a 15 de dezembro de 2015 para a discussão do documento preliminar da BNCC. Em 16 de setembro de 2015 a 1ª versão da BNCC foi disponibilizada. De 23 de Junho a 10 de Agosto de 2016 aconteceram 27 seminários Estaduais com professores, gestores e especialistas para debater a segunda versão da BNCC.

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) promoveram esses seminários. E assim foi disponibilizada a 2ª versão da BNCC em 3 de maio de 2016. Em agosto de 2016 começou a ser redigida a terceira versão, em um processo colaborativo com base na versão anterior.

O MEC entregou a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em abril de 2017, ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE elaborou parecer e projeto de resolução sobre a BNCC, que foram encaminhados ao MEC. A partir da homologação da BNCC começou então o processo de formação e capacitação dos professores e o apoio aos sistemas de Educação estaduais e municipais para a elaboração e adequação dos currículos escolares.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada em 20 de dezembro de 2017 pelo ministro da Educação, Mendonça Filho, e o CNE apresentou em 22 de dezembro de

2017 a resolução CNE/CP Nº 2, que instituía e orientava a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

O Ministério da Educação entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio em 02 de abril de 2018. A partir daí o CNE iniciou um processo de audiências públicas para debatê-la.

Desse modo, com a portaria n. 331, de 5 de Abril de 2018, Institui-se o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação, que em 02 de agosto de 2018, escolas de todo o Brasil se mobilizaram para discutir e contribuir com a Base Nacional Comum Curricular da etapa do Ensino Médio. Professores, gestores e técnicos da educação criaram comitês de debate e preencheram um formulário online, sugerindo melhorias para o documento.

Contudo ainda há a cautela em relação à sua implemetanção, principalmente nas escolas públicas, devido à falta de estrutura, o baixo nível de aprendizagem com salas superlotadas, falta de recursos, precárias condições de trabalho dos professores, sem falar na realidade em que se encontra hoje a educação brasileira, depois de uma série de problemas que foram ampliados pela pandemia da Covid 19.

Ou seja, muitos desafios à frente, precisando de muitos investimentos. Para que essas competências presentes no documento não fiquem somente no papel, seriam necessárias mudanças na estrutura da educação, para que as melhorias realmente aconteçam em todas as escolas e não somente em uma minoria como o caso das mais conceituadas ou nas redes privadas de ensino que possuem mais estrutura para poder implementar todas as mudanças necessárias.

A BNCC de História aponta a necessidade de entender um ensino realista e coerente. Dessa maneira, que o docente seja um intermediário, um provocador, que instiga o aluno a fazer as conexões indispensáveis a se organizar para agir na sociedade como um sujeito ativo e consciente, quando na prática este trabalho já era realizado pelos professores.

Com o intuito de agrupar a BNCC e o ensino de história, destacam-se alguns pontos principais no documento, como: Potencializar o pensamento crítico, alunos mais ativos, e apresentar fontes de comunicação variadas. Sendo assim, a história traz a indagação de um fazer história, marcado pela constituição do próprio sujeito, seu conhecimento transmitido para o outro, às vezes igual, às vezes totalmente diferente, sendo interpretados por distintos

grupos sociais e de suas demandas, o que muitas vezes promove outras questões e debates nas relações de aprendizagens.

Noção que nos desafia a nos colocarmos diante do tempo, num movimento em que o tempo passado se calibra em relação ao presente tanto pela continuidade das práticas compartilhadas entre os grupos sociais, quanto pelas lentes da distância, diferença e descontinuidade que nos fazem olhar o passado com “olhos de madeira”. Atitude que nos insere no fluxo temporal como agentes comprometidos com uma história, que se faz a cada dia por cada um, tecendo um amanhã coletivo (MAUAD, 2018, p. 29).

Na visão do autor acima, o aluno precisa reconhecer o seu passado, valorizar suas origens, sua vida cotidiana, fazendo conexões e questionamentos sobre eles. Destaca-se ainda para o ensino de história o desenvolvimento da cidadania pensando na construção de uma sociedade com maior qualidade no seu aprender para que o professor possa ampliar seu repertório de aulas contextualizadas, trazendo assuntos do passado, na forma de pensar, na construção de suas explicações e desvendando seus significados.

(...) é combater a história única, porque passamos a compreender que a ação do historiador é uma construção discursiva baseada na interpretação de uma realidade. Essa prática do conhecimento como uma produção também se estende para o cenário da sala de aula, que deve pautar-se na “reconstrução” dos processos que levam à produção do conhecimento escolar, permitindo ao estudante aprender a “leitura da história” que poderá ser aplicada em diversas situações da sua vida cotidiana (SILVA; MORAIS, 2017, p.21).

E assim, ao regressar no ambiente escolar, a BNCC espera instigar práticas e ações desenvolvidas em sala de aula onde professores e alunos sejam protagonistas do processo de ensino e da aprendizagem e venham a assumir um caráter historiador perante os conteúdos sugeridos na área do Ensino Fundamental que levam à produção do conhecimento escolar (...) “a noção de cidadania, com direitos e deveres, e o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõem uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos”. (BRASIL, 2017, p.354).

E ainda de acordo com a BNCC para o ensino de história o intuito é promover a cidadania com abordagens a respeito das estruturas formadas com o tempo, refletindo sobre como estabelecer uma sociedade igualitária agora e no futuro, com vista a sugerir de forma transformadora diversas situações vivenciadas pelos alunos sendo que o próprio aluno passa a assumir seu papel enquanto cidadão questionador e atuante com autonomia e criticidade na comunidade em que vive.

É no exercício da “atitude historiadora” que são fomentadas práticas de fala, leitura e escrita não somente de conhecimentos específicos do campo da historiografia, mas também de “práticas de letramento” que desenvolvem e constituem o mundo da vida (AZEVEDO; MONTEIRO, 2013, p.26-39).

Nesse sentido, vale ressaltar de acordo a BNCC que a disciplina de história pode ser aplicada com auxílio de vários segmentos que são pontos apreciáveis na aprendizagem da educação básica com isso destacam-se algumas modificações e requisitos referentes à BNCC e história: Pensar sobre os diferentes povos e as diversidades; Adquirir noções dos direitos, deveres e de cidadania; Comparar, contextualizar e discutir sobre soluções de problemas; Problematicar sobre marginalização de culturas, meio urbano e rural; Compreender o tempo e o espaço, buscando a sua identidade enquanto sujeito; Constituir noção de construção, reconhecendo a si mesmo e ao outro, bem como o ambiente em que vive.

Destaca que o professor tem um papel muito importante em todas as disciplinas e nesse caso não é diferente. Para isso, é necessário que ele traga o ensino da História para a realidade, tornando-a mais “palpável” e fazendo possível para que o aluno enxergue as melhorias e mudanças para o presente e para o futuro.

As temáticas pronunciadas na BNCC do 6º ao 9º ano de história são: no 6º ano, observa uma cogitação sobre a história e suas formas de registro. No 7º ano, as vinculações entre Europa, América e África são expandidas. No 8º ano, o tema é o século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo. No 9º ano a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a constituição de 1988, e o protagonismo de distintos grupos e sujeitos históricos.

Quadro 09- Percurso histórico da construção da BNCC:

PERÍODO	ACONTECIMENTO
1988	Promulgada a Constituição Federal: a criação de uma Base Nacional Comum, com a fixação de conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, é prevista no artigo 210.
1996	A Lei das Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Básica é aprovada e reforça a necessidade de uma base nacional comum.
1997 a 2000	Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram consolidados em partes: 1º ao 5º ano em 1997; 6º ao 9º ano em 1998; e, em 2000, foram lançados os PCNs para o Ensino Médio.
2010 a 2012	Novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) orientadas para o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, as resoluções valiam para a Educação Infantil e os Ensinos Fundamental e Médio.
2014	Plano Nacional de Educação (PNE) – A Lei n. 13.005, de 2014, instituiu o PNE com vigência de dez anos. São vinte metas para melhorar a qualidade da Educação Básica, sendo que quatro delas tratam da Base

	Nacional Comum Curricular.
2015	A Portaria nº 592 de 17 de junho de 2015 institui a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da BNCC. Em outubro, tem início a consulta pública para a construção da primeira versão da BNCC com contribuições da sociedade civil, de organizações e entidades científicas.
2016	Em março, após 12 milhões de contribuições, a primeira versão do documento é finalizada. Em junho, seminários com professores, gestores e especialistas abertos à participação pública são realizados por todo o Brasil para debater a segunda versão da BNCC. Em agosto, começa a ser redigida a terceira versão, em um processo colaborativo com base na versão 2.
2017	Em abril, o MEC entregou a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE elaborou parecer e projeto de resolução sobre a BNCC e homologou as etapas da educação infantil e do Ensino Fundamental.
2018	Foi promulgada a Portaria nº 331, de 5 de abril de 2018 que institui o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC ¹ e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para sua implementação. Em 8 de novembro, o Conselho Nacional de Educação (CNE) elaborou o parecer CNE/CEB nº 3/2018 com a aprovação da atualização das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Ensino Médio.

Fonte: Brasil, (2017) adaptado pelas pesquisadoras (2023).

As mudanças que estão na terceira versão da BNCC, diferentemente da versão anterior tratam sobre a alfabetização das crianças até o 2º ano de ensino fundamental, e espera-se que sejam alfabetizadas até o 3º ano com oito anos de idade, como foi definida pelo (PNAIC²) ainda em 2012.

3.1 Marcos legais que embasam a BNCC

O marco legal que embasam a BNCC é referenciado tanto na dimensão dos documentos do MEC quanto por pesquisadores e institutos da terceira esfera, trazendo textos norteadores para a elaboração preliminar da base. Ou seja, traz de modos distintos algo comum ou aquilo que os alunos devem/deveriam aprender durante a educação básica, que são desde os saberes adquiridos e a habilidade de aplicarem os conhecimentos aprendidos na vida cotidiana.

¹ ProBNCC- Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular.

² PNAIC- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – é um programa do Ministério da Educação (MEC) que conta com a participação articulada entre Governo Federal, governos estaduais e municipais do Distrito Federal.

A Constituição Federal de 1988 traz uma visão panorâmica do histórico da ação de preparação das três versões, pontuando seus atores e contextos políticos.

Art. 210 Constituição Federal que diz que “serão fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum [...]”. Igualmente a LDB 9.394/96 estabelece que “Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar” (BRASIL, 2017, p. 11).

Com base nesse marco constitucional, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, descreve que cabe à União formar, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e habilidades e competências para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio que nortearão os currículos e os conteúdos mínimos, de maneira a afiançar a educação básica (BRASIL, 1996).

No Artigo 205 a Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como direito fundamental comum entre a educação, direito de todos e dever do Estado e da família que “Será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A Carta Constitucional, no Artigo 210, atendendo as finalidades reconhece a precisão de serem “fixados conteúdos mínimos, de modo a garantir a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). Segundo a LDB (1996), cabe ao Governo Federal, estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que orientarão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (LDB 9394/1996, p. 527-561).

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi norteador das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000.

O Conselho Municipal de Educação propagou novas Diretrizes Curriculares Nacionais, expandindo e estabelecendo conceito de contextualização como “a inclusão, e o atendimento à pluralidade, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer (CNE/CEB 7/2016).

Em 2014, a Lei nº 13.005/2014 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de:

Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitados as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014, n.p.).

Nesse sentido, o PNE assegura a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com foco na aprendizagem enquanto estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Assim, outras experiências de políticas de centralização curricular apresentaram importante alcance no produto final da BNCC, podendo-se dizer que conhecer esses documentos normativos ajuda a envolver as disputas políticas, econômicas, ideológicas e culturais que abrangem a atual BNCC. Os documentos norteadores da educação básica que orientam os processos dentro das escolas em todo o país são: A Constituição Federal de 1988, a LDB 9.394/1996, as DCNs7/2013, os PCNs/1998 e a BNCC/2017.

Quadro 10- Documentos norteadores da educação básica

CF/1988	LDB 9.394/1996	DCNs7/2013	PCNs/1998	BNCC/2017
(Art. 205) “A educação, direito de todos é dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, grifo nosso).	Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, grifo nosso).	Art. 4º As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de: [...] XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 2013, p. 64, grifo nosso).	O papel fundamental da educação [...] aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. [...] definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. (BRASIL, 1998, P. 5, grifo nosso).	Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, P.8, grifo nosso).

Fonte: Constituição Federal (1988), DCNs (2003), PCNs (1998) e BNCC (2017), adaptado pelas pesquisadoras (2023).

No entanto, todos os documentos que são normativos e legais marcam todo um processo de discussão e debates que já estão perdurando há 30 anos até a promulgação da

versão final da BNCC do Ensino Fundamental e persistem mesmo após a aprovação do seu documento final.

3.1.1 Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN)

Aprovada em 1996, essa versão da LDB garantiu que dos 4 aos 17 anos de idade, a ampliação do direito da educação nacional com a distribuição de competências educacionais entre a União, Estados, DF e Municípios. Sendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fundamental para a ampliação do acesso e no aprimoramento do financiamento da área no país.

Entre 1990 e 2010, a escolaridade dos brasileiros cresceu mais rápido do que comparado a outros países. Ainda com os avanços desde o seccionamento da LDB e com mais de 93% dos brasileiros com mais de 10 anos, tinha frequentado a escola, por menos de três anos e ainda não está como se espera para melhoria da educação, sendo que ainda tem 19 % ainda estão nessa situação.

Além disso, com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Censo Escolar, é possível destacar o desenvolvimento de mecanismos para medir a qualidade de ensino no país, algo que não se tinha noção do impacto em relação ao trabalho dos professores. Através desses subsídios, é possível realizar melhorias e ver o que está bom e o que precisa melhorar, para a ampliação da qualidade da educação no país.

No entanto, mesmo com grandes avanços trazidos pela LDB, é preciso muito mais para que tenhamos uma qualidade na educação tão sonhada para o país falta aplicar na prática o que está descrito na lei. Os municípios são responsáveis pelas séries iniciais do Ensino Fundamental, como por exemplo, transporte, merenda, estrutura física e o próprio ensino. Para fortalecer ainda mais a ampliação do ensino é preciso valorizar o corpo docente, as formações, capacitações principalmente o olhar para as crianças em situações de vulnerabilidade.

Segundo a LDB, são 14 os Princípios e Fins da Educação Nacional: 1 – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; 2 – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; 3 – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; 4 – Respeito à liberdade e apreço à tolerância; 5 – Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; 6 – Gratuidade do ensino público em

estabelecimentos oficiais; 7 – Valorização do profissional da educação escolar; 8 – Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; 9 – Garantia de padrão de qualidade; 10 – Valorização da experiência extraescolar; 11 – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; 12 – Consideração com a diversidade étnico-racial; 13 – Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida; 14 – Respeito do direito à educação humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). (CEREZER, 2015).

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá múltiplos aspectos da história e da cultura que diferenciam a formação da população brasileira, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, desempenhando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos alusivos à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em específico nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

Na LDB (1996) não era previsto a obrigatoriedade destas temáticas, porém, em 2003, a Lei 10.639/2003 instituiu o ensino de história e cultura afro-brasileira e da África, seriam obrigatórias no ensino sobretudo em Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

§ 1º-O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo compreenderá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, desempenhando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras (BRASIL, 2003 n.p.).

Nesse sentido, tanto a LDB (1996), como a CF/88 estão constituídas em títulos, capítulos, seções e artigos. Os noventa e dois artigos estão distribuídos em nove títulos. O título V, nomeado “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino” está dividido em cinco capítulos. No capítulo II intitulado “Da Educação Básica”, está o Artigo 26, que completa o Artigo 210 da CF/88 ao definir a necessidade de uma base nacional comum e como esta deve estar organizada. De acordo o Art. 26 da LDBEN:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, s/p.).

A BNCC traz em sua legislação que primeiramente todo o currículo deve ser formado por uma parte comum a todos os alunos de todas as regiões do país, logo em seguida por uma parte diversificada, ou seja, que traga as suas especificidades e vivências em cada escola, devendo estabelecer afinidades locais, de seu estado e de cada município, sem nenhuma imposição a ser trabalhada de forma contrária aos preceitos de cada unidade escolar, comunidade e alunos.

3.1.1.1 Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual.

No documento PCNs não há claramente qual o sentido de currículo, e sim uma sugestão para os professores deixando explícito que tudo se daria como um complemento na hora de se planejar, tendo os professores toda autonomia para esse fim, pois mais do que ninguém, os educadores na sala de aula sabem o que trabalhar com seus alunos.

Cada área do conhecimento é composta por documentos específicos que são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física, diferente da LDBEN que possui uma linguagem específica para os professores. Os PCNs têm “a intenção de acender debates a respeito da função da escola e reflexões sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender, que envolvam não apenas as escolas, mas também pais, governo e sociedade” (BRASIL, 1998, p.9).

Os currículos de História, elaborados no Brasil ao longo dos anos 1980 e 1990, em específicos dos PCN para o Ensino Fundamental e Médio, alcançaremos a afirmação recorrente da precisão de se aprimorar a autonomia intelectual e pensamento crítico dos alunos.

Eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitam aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam. Isso se refere a valores, mas também a conhecimentos que permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva (PCN, Temas transversais, 1998, p.86).

A todo o momento, tal afirmação nos parece sugerir aos professores da importância de se separar da ideia que a disciplina tem a missão de conduzir nas consciências coletivas uma narração única dando visibilidade a nação e o Estado, esquivando dos seus acordos de antigamente. Nesse sentido, os PCN de História incorporaram os argumentos apresentados pelo debate historiográfico e pedagógico aberto desde os anos 1980:

O domínio das noções de diferença, semelhança, transformação e permanência possibilita ao aluno estabelecer relações e, no processo de distinção e análise, adquirir novos domínios cognitivos e aumentar o seu conhecimento sobre si mesmo, seu grupo, sua região, seu país, o mundo e outras formas de viver e outras práticas sociais, culturais, políticas e econômicas construídas por diferentes povos. [...]

A seu modo, o ensino de História pode favorecer a formação do estudante como cidadão, para que assuma formas de participação social, política e atitudes críticas diante de sua realidade atual, aprendendo a discernir os limites e as possibilidades de sua atuação, na permanência ou na transformação da realidade histórica na qual se insere. Essa intencionalidade não é, contudo, esclarecedora nela mesma (PCN, História, 1998,108).

Partindo deste entendimento, ve se que ensinar história na escola básica constituiria em valorizar os costumes ativo de cada sujeito, tanto do passado, mas também do presente como protagonistas de sua história. Conforme Flavia Caimi (2006), essa outra percepção do ensino-aprendizagem da História abandona os princípios norteadores da escola tradicional.

3.1.1.1.1 Plano Nacional de Educação

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento de planejamento do Estado brasileiro que orienta e define diretrizes, metas e estratégias específicas para a educação em todos os níveis, etapas e modalidades, desde a Educação Infantil até a Educação Superior. O PNE deve ser cumprido no prazo de dez anos até 2024 a Lei 13.005/2014 que instituiu o segundo PNE possui ao todo 20 metas e 254 estratégias (BRASIL, 2014).

O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) elegeram um conjunto de indicadores para o monitoramento do PNE (2014-2024), partindo de informações de diferentes fontes oficiais, indicadores esses que consistem em publicados no documento intitulado: “Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024”

que apresenta análises descritivas das séries históricas e desagregações dos indicadores. As fichas técnicas de cada indicador também estão disponíveis na publicação, apresentando as fórmulas de cálculo, abrangência, fonte, série histórica e observações sobre cada um. Linha de Base (INEP, 2015, s/p).

A Lei 13.005/2014 reitera o princípio de cooperação federativa da política educacional, já presente na CF/88 e na LDBEN. O Plano Nacional de Educação para o

decênio 2014/2024 é instituído pela Lei nº 13.005/2014 e definiu 10 diretrizes para guiar a Educação Brasileira, sendo:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar;
 III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação;
 V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
 VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
 IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (LDB, 9394/1996).

Nesse período de 1996 estabelecido as 20 metas a serem cumpridas na vigência ao instuir que“a União”, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, marcando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, pertencerá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais indispensáveis ao alcance das metas previstas neste PNE”(LDB,9394/96).

Quadro 11- Metas do PNE

Modalidade do atendimento	Meta
1. Educação infantil	Universalizar a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos até 2016* e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches para atender no mínimo 50% das crianças de até 3 anos até 2024.
2. Ensino Fundamental	Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até 2024.
3. Ensino Médio	Universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos até 2016 e elevar a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% até 2024.
4. Educação Inclusiva	Universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
5. Alfabetização	Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.
6. Educação em Tempo Integral	Oferecer educação em tempo integral em no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% das (os) estudantes da Educação Básica.
7. Qualidade	Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.
8. Escolaridade Média	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015* e até o final da vigência do plano erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
9. Alfabetização de Jovens	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais

e adultos	para 93,5% até 2015* e até o final da vigência do plano erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
10. Educação de jovens e adultos	Oferecer no mínimo 25% das matrículas de EJA no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na forma integrada à educação profissional.
11. Ensino Técnico	Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão do segmento público.
12. Educação superior	Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% das novas matrículas no segmento público.
13. Docência na educação superior	Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% sendo do total no mínimo 35% doutores.
14. Pós- Graduação	Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
15. Formação de professores	Garantir em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência do plano, política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurado que todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
16. Formação continuada	Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até 2024, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
17. Valorização docente	Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até 2024, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
18.Plano de carreira	Assegurar, no prazo de 2 anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos dos sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional definido em lei federal.
18. Gestão democrática	Assegurar condições no prazo de 2 anos para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
20. Financiamento	Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5 ano de vigência do plano e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB em 2024.

Fonte: PNE, (2015) adaptado pela pesquisadora.

O PNE foi construído a partir de consultas a diversos setores da sociedade, isso porque o PNE atende o princípio da gestão democrática e participativa da educação, previsto também na CF/88 e na (LDB). Sendo uma importante estratégia de planejamento do Governo Federal para a educação brasileira.

As atribuições do FNE são de planejar e coordenar a organização das Conferências Nacionais de Educação. Posteriormente, em junho de 2014, a Lei 13.005/2014 (PNE-2014-2024), que instituiu o Plano Nacional de Educação, é aprovada na Câmara dos Deputados, configurando-se, assim, como uma política consensuada no âmbito do Estado, não apenas no âmbito dos órgãos de governo.

Essa plenária foi precedida pelas conferências preparatórias (digitais e/ou livres) que aconteciam desde novembro de 2012 e pelas conferências municipais, intermunicipais, estaduais e distrital, realizadas no ano de 2013, após as deliberações da última Conferência, resultaram no documento final estruturado em sete eixos temáticos.

A adoção e implementação do PNE em escala nacional pauta-se na possibilidade de erradicação do analfabetismo, universalização e superação das desigualdades educacionais, com foco em erradicar toda e qualquer forma de discriminação. Também se prevê melhorar a qualidade da formação, inclusive a profissional, a promoção da cultura, a tecnologia e a ciência nacional, mas levando em conta o respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade e à diversidade socioambiental.

A fiança dessas ações se daria pela declaração de meta de aplicação do PIB, destinando-se os recursos necessários, assim, como também seria a aprovação de uma melhor e maior qualificação e valorização dos profissionais da educação, avaliação eficaz para que todas as outras possam ser consolidadas.

A elaboração e execução das metas do plano tiveram como base os dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do senso demográfico e educacionais mais recentes à época para que elas refletissem as realidades locais ao estimular as especialidades e contestações essenciais ao território brasileiro.

Além de observar as diferenças e peculiaridades regionais no estabelecimento das metas, também seria da alçada de uma série de organizações – Ministério da Educação (MEC), Comissão de Educação das casas do Congresso, Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Fórum Nacional de Educação – com intuito de fiscalizar e garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Por isso, entender o que é o PNE e a sua importância pode ajudar na tomada de decisões para enfrentar os desafios da gestão escolar e contribuir para que cada instituição de

ensino ajude a melhorar a educação no Brasil. O PNE tem impacto direto de médio e longo prazo em todos os níveis da educação, desde a educação infantil até a pós-graduação. O PNE, ao se tornar articulador do SNE³,

Partimos do entendimento teórico que a relação entre proposição e aprovação do plano não é linear ao seu processo de materialização como política pública. Ou seja, a materialização do PNE implica ações e políticas que se efetivam, a partir de vários embates e conjunturas, que contribuem para a efetivação do plano ou para a sua secundarização (DOURADO, 2017, p. 12).

O PNE⁴ formalizou um novo documento curricular que é a BNCC, no sentido de garantir oportunidades a todos os estudantes e viabilizar um padrão de qualidade de ensino nacional, valorizando os profissionais com atendimento, capacitação e formação, para favorecer a redução das desigualdades no ensino aprendizagem que ainda existem em sala de aula.

3.2. BNCC: Currículo com foco na competência

Sabe-se que a BNCC não deve ser entendida como sinônimo de currículo, mas está fortemente ligada à construção dos currículos das instituições de ensino tanto Municipal quanto Estadual, e está também ligada ao Projeto Político Pedagógico da unidade de ensino. De fato, as equipes pedagógicas precisam trabalhar para reestruturar seus currículos, adotando as regras postas na BNCC.

Entende-se o currículo como um texto abrangendo desde planos de aula elaborado pelo professor até os documentos curriculares do sistema de ensino e da rede, fazendo todos refletir a visão de seus docentes e da comunidade escolar a respeito de seus aspectos políticos e sociais e sua inter-relação com a educação.

Os currículos na BNCC se identificam como princípios e valores que orientam a LDB e as DCNs, no entanto, dessa mesma forma, reconhecem que a educação parte desse compromisso com as formações e o desenvolvimento global humano nas suas dimensões física, afetiva, social, ética e moral. Tanto a BNCC quanto o currículos se completam para assegurar as propostas de aprendizagens que são definidas em cada etapa do ensino básico,

3 O principal objetivo do SNE (Sistema Nacional de Educação) é aperfeiçoar a organização da educação para que as políticas públicas sejam mais orgânicas e capazes de assegurar o direito constitucional com equidade. Enquanto um sistema educacional diz respeito à organização do ensino no País (conteúdos, etapas de formação, etc.), o sistema nacional organiza as responsabilidades pela Educação de todo o país.

4 O PNE (Plano Nacional de Educação) é um documento criado pela Lei Nº 13.005, sancionada em 25 de junho de 2014, que estabelece 20 metas para garantir acesso à educação de qualidade no Brasil até 2024.

pois tais aprendizagens se consolidam em um conjunto de decisões que caracterizam o currículo.

Ou seja, não quer dizer, porém, que as escolas não possam ampliar seus currículos para além do que está estabelecido na BNCC. A base é um referencial na parte comum, ficando a parte diversificada para estados e municípios, com currículos locais e regionais e para apoiar a formação docente. Os componentes da matriz curricular são: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Cultura Maker, Artes, História, Geografia, Ciências, Matemática, Educação Física, Leitura e Habilidade de Vida.

Hoje, mais da metade de Estados e municípios vêm elaborando os seus respectivos currículos, inclusive para procurarem atender as diferentes modalidades de ensino, as escolas particulares e instituições de ensino desenvolveram experiências e apoio ao desenvolvimento curricular, contribuindo com erros e acertos na busca de bons resultados.

Diante disso, é pertinente-se pensar que o currículo pode ser um instrumento que pode viabilizar a aprendizagem e que essa concepção curricular é realmente construída com a participação mais ativa onde as escolas possam não só obter meios e condições para efetivar a proposta que vem sendo posta pelo documento da base, mas sim, possuírem recursos e meios para efetivá-la, participando de sua elaboração de forma democrática, levando em consideração o papel do professor e as condições da escola pública.

Para a construção de currículo, Moreira e Candau (2007) afirmam que:

incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que aderem o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos efetuar nos alunos sobre os valores que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir (MOREIRA CANDAU, 2007, p.18).

Atualmente, os debates sobre currículo trazem uma discussão envolvendo relações de poder de acordo com cada rede de ensino e explicitam escolhas com abordagem em visões peculiares diante da sociedade e sobre os cidadãos que se pretende formar, promovendo a igualdade, sendo necessário que todos sejam tratados com prioridade nas propostas de seus currículos.

A versão final da BNCC, norteadas pelos princípios éticos, políticos e estéticos das Diretrizes Nacionais Curriculares, concretiza sua compreensão curricular em competência, e dita ao professor para repensar sua prática, que deve ser centrada no aprendizado dos alunos, favorecendo o desenvolvimento de competência e das habilidades com a utilização de metodologias ativas, substituindo os chamados conteudistas de forma excessiva.

Ou seja, o texto traz ainda, uma modificação no ensino unindo BNCC e o componente curricular História, em que o professor precisa dar sentido aos conteúdos, seguindo o livro didático que deve estar conectado às reais situações vivenciadas pelos alunos. Novos formatos curriculares foram oportunizados com conteúdo pré-estipulados, depois de o ensino passar de uma ordem cronológica e agregar o que as Leis 10.639/03 e 11.645/08 instituem o para o ensino da cultura indígena, africana e história afro-brasileira.

Na BNCC, o ensino fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento Linguagens (Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Inglesa), Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas (Geografia e História) e Ensino Religioso. Como aponta o Parecer CNE/CEB 11/201024, essas áreas “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010, p.10).

Em concordância com o Projeto Político Pedagógico (PPP), o texto da BNCC dá abertura para que a escola garanta as determinações pedagógicas com a necessidade de estarem voltadas para o desenvolvimento de competências, que o documento seja referência para atualizarem seus currículos, não desconsiderando em momento algum as peculiaridades metodológicas, regionais e sociais dentro do ambiente escolar.

Elaborar o P.P.P. com ações necessárias, voltadas ao processo de ensino e aprendizagem com toda a comunidade escolar, professores, alunos, pais, funcionários, com ações que sejam acompanhadas e planejadas por todos. Ainda de acordo o documento, a BNCC vem com embasamentos pedagógicos estruturados de forma a especificar as competências desenvolvidas ao longo da educação e em todas as fases da escolarização, bem como dos direitos de aprendizagem a cada etapa, dentro de suas possibilidades, e ainda vem esclarecendo como essa aprendizagem se organiza com explicações a cerca da composição criada para fortalecer tais aprendizagens.

Precisa-se de fato, repensar se esse acordo da formação humana integral e a edificação de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como versa a versão final da base, terá a definição concreta dessas competências gerais trazendo, assim, de fato, aos alunos o desenvolvimento ao longo da escolarização, estabelecendo as aprendizagens essenciais de cada área e componente curricular a serem asseguradas para a ampliação de tais competências.

Para o documento da BNCC, fora definidas dez competências gerais a serem inseridas ao PPP. O nome de competência marca uma discussão social e pedagógica sendo inferido no

texto da LDB, quando se estabelece a finalidade geral do Ensino Fundamental e do Ensino Médio incluído pela Lei 13.415, de 2017).Artigo 35-A § 7º e Artigo 32 da Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996.

As competências gerais são ações e valores, uma geração de saberes que vem ajudar na vida cotidiana dos alunos, para que cada um exerça um papel de cidadão as dez competências unidas trazem um vasto conhecimento para os alunos, e com isso não só se espera que o aluno aprenda cada vez mais, mas que trabalhe para que esse conhecimento chegue às demais pessoas ao seu redor.

Desse modo, as competências específicas da BNCC compõem os objetivos que conduzem à constituição do currículo de cada área. E ainda, levando em consideração a diversidade e a regionalidade, uma diversidade prevista na BNCC.

Figura 3- As 10 competências da BNCC.



Fonte: Brasil, (2017) adaptado pela pesquisadora.

De acordo com o documento, os beneficiados com essa transformação são os professores e os gestores aplicando, em suas escolas, temáticas e assuntos pedagógicos que vão ao encontro da aprendizagem necessária dos alunos. Assim, essas competências pretendem garantir aos alunos o resultado de seu progresso no ensino e na aprendizagem, no seu desenvolvimento, e na formação humana, onde visa à edificação de uma sociedade humana inclusiva e democrática. (BRASIL, 2017, p. 25).

É necessário destacar que a BNCC não pode ser o único documento a ser seguido, visto que cada unidade de ensino e suas respectivas regiões possuem suas características próprias. As áreas do conhecimento se intersectam na formação dos alunos ao preservar os saberes próprios, ao considerar tanto as características do estudante quanto às especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização, bem como ao destacar as particularidades para os Anos Iniciais e Finais.

Sendo um dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19, onde o impacto na aprendizagem é bem visível e que deve perdurar por anos à frente, escolas e redes, mesmo com o empenho da oferta do ensino remoto, precisam focar na recomposição da aprendizagem desses alunos, garantindo que seus conhecimentos e suas habilidades não fiquem atrasados, é preciso intensificar o olhar sobre a educação, utilizando novas formas de trabalho e métodos de avaliar, garantindo que o aluno seja o maior protagonista no processo de aprender.

Após a efetivação da BNCC o caminho a ser seguido pelas escolas seriam o de reelaborar seu currículo e fazer a revisão do Projeto Político Pedagógico da instituição, mais do que isso, foi fundamental promover a formação continuada dos professores e da comunidade de pais e comunidade geral. Diante desse contexto, buscar a atualização dos materiais didáticos, levando em consideração todo o contexto em que está inserida a escola, suas particularidades trazem resultados indispensáveis para se ajustar às orientações da BNCC.

Portanto, sendo a BNCC o referencial que traz uma sinalização dos direitos de aprendizagem dos alunos, norte na orientação dos novos currículos alinhados a ela para a recomposição de aprendizagens junto ao Projeto Político Pedagógico de cada escola, ainda assim, se faz necessário articular com todos os envolvidos nesse processo a missão da escola pública e qual o papel do professor como forma de garantir o pleno direito de aprendizagem de seus alunos.

De fato, são as pessoas que vão definir as propostas pedagógicas na escola, pois a base não se realiza sozinha, ela precisa de um grupo de fatores para se articular todo o trabalho que será concretizado no ambiente escolar. O apoio e a colaboração de pares são imprescindíveis para o seu sucesso, é necessário que todos os profissionais da escola, estejam comprometidos, sendo a escola um lugar onde todos aprendem e ensinam, ampliando o protagonismo dos alunos em primeiro lugar.

Pois, além de definir em sua proposta pedagógica o que ensinar e como ensinar é deixar claro que esse trabalho se desenvolva levando em consideração as condições reais da escola, do lugar em que vivem, e da sua comunidade, sendo importante aprender a resgatar o valor histórico que existe em cada lugar.

Um fator relevante visto no documento como objetivo para sua construção é a formação inicial e continuada dos professores. Sendo que a primeira medida o MEC e do Conselho Nacional de Educação (CNE) foi à aprovação das diretrizes para essa formação, a outra medida passou pela formação continuada dos professores com a mobilização dos estados e municípios ao garantirem que esse conhecimento fosse trabalhado de maneira eficaz.

3.1.2. Ensino de História

A História é o estudo das ações humanas no passado e no presente, ou como defende o grande historiador Marc Bloch (2001), a ciência dos homens no tempo. Fazer perguntas da vida humana e buscar respostas para elas é o trabalho do historiador. Vale destacar que a disciplina de História surge para compor o currículo, como explica Gimeno Sacristán (1998, p. 102) “é consequência de uma série de alcances convergente e contínua, coerente ou contraditória (...) que se decompõe e se constrói no mesmo”.

Assim, o ensino de história torna-se imprescindível na vida e na formação humana do aluno, estimulando a pensar historicamente para construir consciência histórica no sentido de perpetuar uma conexão com o seu presente nas tomadas de decisões e na compreensão dos fatos da sociedade, pois, somos seres sociais e culturais, pessoas capazes de construirmos nossa própria identidade, sejam elas, individual, coletiva, regional ou nacional.

Segundo Souza e Pires (2010), os textos de história eram fundamentados de acordo as ideias religiosas, ou seja, os primeiros elementos vinculados a essa disciplina eram histórias bíblicas e tinham como objetivo auxiliar na concepção moral e na catequese, compreendendo que de fato a história, enquanto disciplina, estava mais voltada a atender uma educação religiosa do que interesses da própria disciplina.

A partir do Decreto 1.556, de 17 de novembro de 1855, foi que o Ensino de História teve sua importância e sentido para quem a estudava, após ser dividido em dois Estudos de Primeira de Segunda Classe (BRASIL, 1855). A aula de História então começou a ter

mais significado do que como realmente aconteceram, seus fatos históricos, trazendo relevância para a sociedade, mais do que somente arquivadas na memória.

O que mais os professores esperavam era poder ensinar de modo a desenvolver uma prática pedagógica que, de fato, levasse o aluno a raciocinar e que a história deve e pode ser instruída para tal fim, impactando na intelectualidade de cada sujeito. É fundamental utilizar diferentes fontes na história, como documentos (escritos, iconográficos, relações, materiais), para facilitar os registros. Contudo, auxiliar os professores e alunos na compreensão do saber da própria história é estimular a produção desses saberes em todos os conteúdos que são propostos no ensino fundamental do componente História. (BRASIL, 2018, p. 398).

Portanto, refletir a história nos leva a propor sobre a necessidade do vínculo do conhecimento lançado na escola e levado para o cotidiano fora dela, despertando o desejo de aprender sobre o ensino passado dialogando com a atualidade. Dessa forma, conceber como podemos construir saberes históricos, suas narrações e diferentes linguagens, sobre o mundo e suas instituições, e nesse contexto, o professor não deve desconsiderar o que o aluno já tem aprendido fora da escola, portanto,

(...) o professor de História não deve se contrapor aos meios de influência externa. (...), mas reconhecer que é papel da escola (e do professor) desenvolver a capacidade dos alunos de refletir mais criticamente sobre as informações veiculadas por esses meios. Para isso, é preciso trazê-los para a sala de aula e dar-lhes a oportunidade de observar como essas mensagens são construídas, extraindo informações aparentes e subliminares e estabelecendo relações entre o que constitui o saber histórico escolar e os valores, ideais e comportamentos assimilados através dos meios de comunicação (MOCELLIN, 2009, p.11).

De acordo com Mocellin (2009), ensinar História ocorre no momento em que se dá condições para o aluno participar do processo do fazer, do construir a História, mencionando aqui que o espaço escolar não seja somente onde adquirimos informações e sim um espaço que se estabeleçam as mais diversas relações entre interlocutores que edificam sentidos e significados diferentes.

Mello (2015) relata que nem todos os pesquisadores percebem de modo coerente o que recomenda a BNCC para o ensino de história, com sugestões de metas pautadas ao fluxo escolar, ao controle sobre o trabalho docente, destinando-o à aquisição de resultados em exames unificados. Percebe-se, segundo o autor, que há uma intensa subordinação a uma coerência da ordem diretiva, condicionada, e não condiz com a forma efetiva para o trabalho do professor como da sua autonomia profissional e curricular, de maneira inclusiva, e nem se une às ações visíveis de progresso e das qualidades do trabalho do professor.

Contudo, ainda foram muitos os avanços considerados na disciplina de história, embora a Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 não atingisse grandes melhorias, ainda assim o cenário em décadas trouxe relevância para esta área, sendo eliminadas as atividades como questionamentos longos, ditados e leituras decoradas.

Assim, passa a ser uma disciplina que realmente daria direitos ao estudante e o colocasse como protagonista do seu aprendizado, onde pudesse se expressar dar opiniões sobre os assuntos debatidos, uma forma de prepará-los para o mercado de trabalho com uma visão de futuro. Certamente, nessa época, os professores eram meros reprodutores de conhecimentos pré-elaborados. Segundo o que salienta Contreras (2002, p. 102).

(...) o docente como assistente técnico é o que assume a função de aplicar métodos e da conquistar objetivos, e sua profissão se identifica com a potência e eficácia nesta aplicação e conquista. Não faz parte de seu trabalho profissional questionar os anseios do ensino, mas tão-somente sua realização de formato dinâmico. (...) história do Ensino de História no Brasil.

Como relata Contreras (2002), o professor somente seguia as ordens já estabelecidas por instituições governamentais militares, os conteúdos eram repassados aos alunos, sem alguma forma de indagação e ainda os militares eram pessoas controladoras, sempre articulando por meio de perseguição de forma a diminuir até suas formações para a ampliação de conhecimento e ao ponto de controlar os cursos para que acontecessem em um curto período de tempo retirando a visão de um trabalho reflexivo e de redução da própria criatividade dos professores.

Rüsen (2007) defende que aprender história é “aprender a pensar historicamente” a “desenvolver uma consciência histórica”. (RUSEN, 2007, p.16). De forma que aprender história contribui para a formação, no sentido de resolver problemas por meio de experiências adquiridas do tempo passado com o intuito de adequá-las ao tempo presente, transformando a vida prática desses estudantes.

Deste modo, a disciplina de história hoje incidiu a ter uma definição e uma relevância muito maior para os que a estudavam antigamente, onde fatos históricos teriam significados para a comunidade não simplesmente em memorização do que aconteciam, iam muito além, já que docentes esperam a aprendizagem intelectual e práticas que levavam os alunos a pensar e com isso, os benefícios estaria de encontro com a educação. De acordo com Pereira (2014, p. 9):

Com a ditadura, a escola pública passa a ser um dos aparelhos ideológicos do Estado que a utiliza visando a difusão da ideologia dominante da qual compartilha. Tal processo se efetiva na prática, ou pelo menos deveria, uma vez que o Estado cumpre a tarefa de traçar diretrizes e compor modelos educacionais que direcionam os

professores e administradores da escola no sentido que lhes é interessante. A própria utilização do livro didático é uma alienação ideológica, pois a maioria desses livros está muito distante, em seus conteúdos, da realidade e mesmo da região dos alunos que os utilizam. A educação ideológica é usada pelo Estado para manter o poder de Estado.

Desse modo, o educador com visão positivista, era visto como um docente com métodos e técnicas, ou seja, um mero transmissor ou um reproduzidor de conhecimentos ainda pré-elaborados, outrossim, a própria utilização do livro didático é uma alienação ideológica, pois a maioria desses livros estavam muito distante dos seus reais conteúdos.

E, com isso, não deveria ser debatido, e sim, meramente transmitido de forma que ficassem alienados em um estudo sem criatividade e ou com chance de colocar suas ideias e pensamentos, esse modo de ensinar história perpetrou vários debates em relação aos avanços nos conteúdos que seriam trabalhados.

Certamente, professores de todo o país que trabalham com o ensino de história sabe da importância da disciplina para um currículo claro e formal. Trabalhar a intelectualidade de seus alunos tem uma grande importância na formação do indivíduo e da sociedade. Ou seja, a história é algo presente na memória desses docentes e hoje evidenciam o grande retrocesso que foi a eliminação da disciplina de história no tempo da ditadura militar.

Para Pellegrini *et al* (2009, p.3). “Ao estudarmos História, percebemos a importância do respeito à diversidade cultural e o direito de cada um ser o que é, e entendemos como esse respeito é indispensável para o exercício da cidadania e para construirmos um mundo melhor”.

Necessita valorizar o ensino de História para que o professor possa trabalhar com fontes históricas dentro da sala de aula, contudo, favorecer o entendimento de seus alunos, desenvolvendo trabalhos em grupos com debates e reflexões em volta das atividades de História, valorizando a memória de cada sujeito histórico que construiu sua história ao longo de sua trajetória de vida.

Observa-se que a escola hoje tem papel fundamental no processo de desenvolvimento do educando, promovendo uma educação que contribua com a construção da cidadania, formando pessoas mais conscientes e comprometidas com a construção e fortalecimento de um Estado democrático e justo em oportunidades para todos, visando à melhoria das condições de vida das pessoas que ali estão inseridas.

É necessário, pois, a implantação de uma escola cidadã, onde os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, capaz de assegurar o conhecimento historicamente acumulado, sem preconceitos, sem discriminação, discutindo sua

autonomia e educando para que o aluno seja capaz de encontrar resposta do que pergunta (GADOTTI, 1953, p.88).

Contudo, a escola precisa assegurar uma formação que auxilie a transformação dos seus alunos enquanto seres pensantes, capazes de utilizar seu potencial para a construção e reconstrução de conceitos, habilidades e valores. Mais ainda falta muito para que as escolas cumpram seus papéis sociais e, de fato, alcancem o objetivo de uma educação que todos desejam, sendo relevante trabalhar conteúdos que influenciem na formação e na participação do aluno, considerando alguns subsídios básicos de autonomia para se tornarem sujeitos críticos e participativos.

A História como disciplina escolar surgiu na Europa, nos fins do século XIX e através dos tempos teve, e continua tendo, papel relevante na formação e preparação dos sujeitos para a vida social, através de suas experiências didáticas, o ensino de História auxilia na construção da democracia e da cidadania. “Assim, a proposta do ensino de história passa a valorizar a problematização, a análise e a crítica da realidade, transformando professores e alunos em produtores de história e conhecimento em sala de aula, tornando todos “sujeitos históricos” do cotidiano”. (FONSECA, 2005, p. 18)

De fato, todos os docentes deveriam trabalhar em suas aulas com métodos e questões ligadas à cidadania e à criticidade. Não necessariamente trazer e apresentar recortes e transmitir parte dos fatos, mas é imprescindível mostrar aos alunos outros meios e alternativas que possam gerir uma transformação da sociedade, em uma luta incessante pelo fim da exclusão. Os docentes devem se preocupar, também, com a arte do ensinar uma vez que não basta serem bons pesquisadores, mas estabelecerem um conhecimento que os tornem formadores de opinião.

3.1.3 O Ensino de História no Documento Curricular do Tocantins no Ensino Fundamental

O Estado do Tocantins, com seus 139 municípios, em regime de colaboração, consolidou o Documento Curricular do Tocantins que foi aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Resolução 24, de 14 de março de 2019. Vários profissionais se debruçaram em análises e revisões do projeto educacional, últimos quatro anos iniciando-se no ano de 2015, pelas discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Documento Curricular do Tocantins (DCT) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental representa a entrega de um consistente processo participativo, transparente, democrático e, sobretudo, educacional.

É o referencial estadual para os sistemas municipais, estadual e para as instituições ou redes escolares públicas e privadas da Educação Básica que ofertam Educação Infantil e o Ensino Fundamental para revisarem seus documentos curriculares, abalizando novas abordagens norteadoras das práticas pedagógicas e dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos alinhados à BNCC.

O Documento Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para o Território do Tocantins fundamenta-se na Resolução CNE/CP 02, de 22 de dezembro de 2017, que organiza e norteia acerca da BNCC para essas etapas, ao trazer.

Quatro cadernos, destinados às duas primeiras etapas da educação básica, sendo um da educação infantil, organizado em cinco capítulos, a saber: Educação infantil como política; Diversidade e identidade cultural do Tocantins; Os profissionais e formação docente; Organização do trabalho pedagógico; Os direitos de aprendizagem e as experiências cotidianas; Os demais cadernos destinam-se ao ensino fundamental, estruturados por competências e habilidades e organizados por área de conhecimento: Linguagens; Ciências Humanas e Ensino Religioso; Ciências da Natureza e Matemática. (Resolução CNE/CP nº 02, de 22 de dezembro de 2017).

Em articulação com as competências gerais da Educação Básica e com as competências específicas da área de Ciências Humanas, o componente curricular de História precisa garantir aos alunos a ampliação de suas competências específicas. Os cadernos destinados ao ensino fundamental têm sua estrutura voltada por competência e habilidades e são formados pelas Ciências Humanas e Ensino Religioso; Ciências da Natureza e Matemática.

O ano letivo de 2022, ano de execução do DCT, foi muito além de um ano escolar bem atípico por motivo da Pandemia da Covid 19 para a prevenção contra os riscos de transmissão da doença, foi editado pelo governo a Medida Provisória 934, de 1º de abril de 2020, para que as escolas trabalhassem no formato à distância (BRASIL, 2020).

Desta forma, foi preciso que a (BNCC) apresentasse diferentes metodologias para trabalhar com um currículo essencial e aberto, para a edificação do sujeito ao construir seu próprio conhecimento e informação (BRASIL, 2017). Enfatiza por vez que o currículo deverá ser muito planejado e repensado com a participação da sociedade, valorizando o seu conhecimento sócio-histórico e cultural. Brauner, (FERRÃO& SANTAROSA, 2020, p. 14-15).

Criar situações de aprendizagem que favoreçam a atribuição de significado aos conteúdos estudados em sala de aula, de modo que os educandos percebam as relações entre diferentes áreas do conhecimento e a sua aplicabilidade em situações do seu dia-a-dia pode ser visto como uma abertura a ser trilhada, mas não como um trabalho trivial (FERRÃO& SANTAROSA, 2020, p. 14-15).

No entanto, consta na BNCC como fundamentos essenciais nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental que o professor de história apresente atividades em sala de aula estimulando o conhecimento, o respeito, a valorização de outras naturezas e corrobora com a qualidade humana enquanto base para o currículo de História.

Ou seja, é preciso que o estudante desenvolva o pensamento crítico, em quase todas as partes do mundo, e que o ensino de história desperte nos alunos o pensamento crítico e sua autonomia intelectual, portanto no documento da BNCC um dos objetivos é que o aluno tenha sua habilidade e competências, identificando os desafios da vida encontrando formas apropriadas frente a diferentes situações em que poderão encontrar.

As discussões das DCTs etapa Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio, da rede estadual de ensino, e nos setores pedagógicos, parte do princípio de todos conhecerem as ações que devem alcançar as metas estabelecidas no PPE/TO⁵, para serem desenvolvidas em cada área de atuação dos professores, no que tange à implantação do DCT. Com base nessa temática,

reitera que as metas que anunciam a formação dos trabalhadores em educação como carro chefe, transitam entre: [...] formação dos profissionais/professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam) [...] e formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica/ formação continuada na área de atuação (BRASIL, 2014, p.3)

Para isso, foi fundamental que os técnicos e assessores pedagógicos da Secretaria da Educação (SEDUC⁶) e das Diretorias Regionais de Ensino (DREs) estivessem à frente com o suporte necessário, sendo um desafio para todos tendo sua implantação contada com suporte das diretrizes atuais, levando em consideração os desafios locais, os arranjos curriculares necessários, que demandavam de acompanhamento, suporte e formação continuada para àqueles que atuam no cotidiano das escolas.

Como conceitua Lagares (2014), o estudo concentra-se nos aspectos que envolvem a formação de professores no momento atual, tendo como referência a BNCC, o DCT⁷ e a formação realizada por meio dos setores de formação continuada da SEDUC/TO.

5 Plano Estadual de Educação (PEE) tem por objetivo conduzir as políticas públicas de educação à realidade do Estado do Tocantins, buscando estabelecer prioridades, diretrizes, objetivas e metas básicas, avançando para uma educação de qualidade.

6 SEDUC/TO- Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC) veio com a Lei 2.600, de 04/02/2000.

7 Documento Curricular do Tocantins para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental representa a entrega de um consistente processo participativo, transparente, democrático e, sobretudo, educacional. Palmas, 2019.

Contudo, de acordo a essa resolução, os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições privadas e das redes municipal e estadual de ensino, devem ser elaborados e executados com efetiva participação de seus docentes, definindo seus planejamentos pedagógicos de forma coerente com o DCT da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Como observado no art. 67 da Resolução 004, o Componente Curricular de História está estruturado para atender os requisitos contidos na BNCC, e ainda, as especificidades regionais, conforme seguem.

I – Habilidades explícitas na BNCC e 42 novas habilidades, consideradas indispensáveis para a completude do currículo.

1- conhecer as diferentes fases da vida por meio de registros, dos membros da família e/ou comunidade;
2- observar e participar dos cuidados com o meio ambiente relacionados à casa, à escola, à comunidade;
3- inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo;
4- conhecer as histórias das cidades tocantinenses, valorizar e resgatar suas tradições e memórias, como também compreender nossa própria identidade, por meio de diferentes fontes;
5- reconhecer-se como indivíduo, parte de um contexto e construtor de sua própria história;
6- perceber a importância do estudo da história como ciência que estuda as ações humanas no tempo;
7- compreender as diferentes maneiras de perceber e de contar o tempo;
8- interpretar, analisar, sintetizar informações coletadas em testemunhos históricos escritos e não escritos;
9- conhecer diversas maneiras de registros da história tocantinense para valorizar os nossos antepassados;
10- identificar as regiões do Tocantins onde se localiza os sítios arqueológicos, paleontológicos e espeleológicos e sua importância para compreensão de nossa história;
11- conhecer a história da África antiga, suas experiências e produções sociais, culturais e econômicas e refletir sobre suas contribuições para a formação da identidade brasileira;
12- compreender a importância da mesopotâmia para o mundo antigo;
13- compreender a importância dos Rios Tigre e Eufrates para os povos que viveram na região e a importância com os cuidados hídricos na atualidade;
14- entender como as diversas invasões sofridas pela mesopotâmia contribuíram para não se estabelecer na região a formação de um império unificado e duradouro chegando até a atualidade;
15- conhecer e valorizar as várias etapas de vida de um indivíduo, desde a infância, adolescência, a fase adulta e a velhice sensibilizando os jovens a conhecer e respeitar os idosos;
16- compreender o papel da mulher tocantinense e sua luta por espaço, heranças históricas do sistema social patriarcalista em seu dia a dia;
17- fortalecer o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
18- conhecer o processo de envelhecimento e tratar com atenção o próximo desde a infância até a velhice;
19- compreender a necessidade de criar situações de interação com idosos e/ou amigos incentivando o diálogo e valorizando a fala, expressando opiniões, fatos e ideias;
20- incentivar a solidariedade para com os idosos, melhorando a autoestima e qualidade de vida deles num convívio Inter-geracional, minimizando os problemas de saúde decorrentes do abandono e exclusão social;
21- identificar as diversidades culturais e mudanças de valores (religiosidade e cidadania) referentes aos direitos e à cidadania nas diversas sociedades;
22- identificar o processo de conquista e ocupação da terra na América;
23- resgatar a contribuição dos povos negros e indígenas na formação sociocultural e econômica na história do Brasil;

24- apropriar do conceito de escravidão moderna e conhecer como ela se materializa no estado;
25- contribuir para reverter às injustificadas diferenciações sociais do país e do estado e criar uma nova cultura a partir do entendimento de que toda e qualquer pessoa deve ser respeitada em razão da dignidade que lhe é inerente;
26- reorientar os jovens sobre a real compreensão do envelhecimento, com a participação dos idosos;
27- reforçar valores e atitudes positivas em relação à velhice, com estímulo ao exercício da cidadania e solidariedade;
28- relacionar a guerra do Paraguai e a comunidade barra da arceira;
29- relacionar o trabalho das missões com os indígenas e a formação dos primeiros arraiais que deram origem às inúmeras cidades tocantinenses;
30- conhecer a história da criação do Estado do Tocantins e sua contribuição para o progresso da região;
31- compreender o processo de envelhecimento, gerando uma sociedade mais humana, respeitando e valorizando o idoso;
32- valorizar um modo de vida ativo e integrado entre as diferentes gerações;
33- atuar na conscientização e reflexão acerca do envelhecimento como algo inerente ao ser humano, evitando o descaso, o desrespeito e a falta de paciência dos jovens para com os idosos, o que tem contribuído com conflitos entre gerações e exclusão destes;
34- analisar as percepções sociais radicais, discriminatórias e violentas, na maioria das vezes, legitimadoras das violações de direitos humanos;
35- compreender o conceito de fenótipo e sua aplicação para entender as diferenças apresentadas entre os organismos e suas mudanças ao longo do tempo;
36- conhecer a história de vida dos colegas com o intuito de aprender a conviver e aprender com as diferenças;
37- fomentar discussões acerca da questão da violência contra populações marginalizadas;
38- analisar e discutir a guerrilha do Araguaia, um acontecimento marcante na história das lutas populares no Brasil e suas implicações na história recente do país;
39- ser capaz de atuar frente às injustiças e desigualdades, reconhecendo-se como sujeito autônomo e, ademais, reconhecendo o outro com iguais direitos, dentro dos preceitos de diversidade e tolerância, valorizando assim a convivência harmoniosa, o respeito mútuo e a solidariedade;
40- atuar na formação da pessoa em todas as suas dimensões a fim de contribuir com o desenvolvimento de sua condição de cidadão e cidadã, ativos na luta por seus direitos, no cumprimento de seus deveres e na fomentação de sua humanidade;
41- reconhecer as diferentes formas de organização social entre os povos indígenas no Tocantins e valorizar as diferenças culturais de cada povo;

Fonte: Documento Curricular do Tocantins (2019)

II – Novos objetos de conhecimento que contemplam as características regionais e temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global.

1- Respeito e valorização do idoso;
2- Processo de envelhecimento;
3- As manifestações religiosas no Estado do Tocantins;
4- Trabalho escravo na atualidade;
5- O trabalho escravo em diversas regiões do Tocantins;
6- Tráfico de Pessoas – Mercado de gente na atualidade;
7- Territórios indígenas no Tocantins – lutas locais;
8- História do Tocantins – Os Movimentos Separatistas;
9- Situação atual dos povos indígenas no Tocantins;
10- Situação dos povos indígenas e dos afrodescendentes no Tocantins;
11- Conhecimento do projeto Escravo Nem Pensar/ ONG Repórter Brasil;
12- Guerrilha do Araguaia;
13- Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira e em especial no Tocantins;
14- Povos Indígenas do Tocantins;
15- Riqueza Cultural Tocantinense.

Fonte: Documento Curricular do Tocantins (2019).

Deste modo, todas as orientações presentes nessa Resolução oferecem um conjunto de aprendizagens que são necessárias aos estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, e competem às unidades escolares, a preparação e elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos e dos Currículos Educacionais com formas inovadoras e com base nesse referencial, atendendo a todos os alunos com efetivo comprometimento.

Ainda como consta no DCT (2019), é necessário que o professor atue intermediando todo o processo do ensinar e do aprender, com os mais variados saberes e métodos, buscando incentivar seus alunos a descobrirem os limites e avanços e incertezas que se carregam ao longo do tempo.

Outro destaque do componente curricular História é sobre a formação do estudante que lhe permite conhecer as diferentes faces da condição humana, na certeza de que a forma como aprendemos história hoje é muito diferente de como se aprendia antigamente.

Em análise ao DCT (2019), entende-se que sua proposta aponta para o alcance das competências e habilidades que demandam formação de professores com expectativa de mudanças, na gestão educativa, com propósito de intercâmbio dentre as significativas orientações trazidas no documento como modo normativo, sendo pronunciadas pelas demais políticas da educação.

É válido ainda ressaltar que para se alcançar melhores resultados em torno de uma proposta educacional demanda de um planejamento com mais estudos, análises e pesquisas para se chegarem às especificidades de cada escola e ou município.

Na seção a seguir, damos continuidade as discussões sobre a BNCC e o DCT e as narrativas dos professores.

4. A BNCC/DCT NUMA CONJUNTURA LOCAL: AS NARRATIVAS DOS PROFESSORES DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS

A discussão em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) realizada até o momento nos mostra uma visão ampliada com todos os impactos causados desde as influências econômicas globais até os protótipos de governo que impactaram o contexto nacional de sua elaboração, sendo que todos os processos de implementação da BNCC interferem diretamente na rotina da comunidade escolar. (BRASIL, 2017).

Diante disso, é importante explicar o processo de adequação não apenas para os docentes, mas também para os pais e alunos. Nesse sentido, os pais e os responsáveis têm o direito e dever de acompanharem a educação de seus filhos.

Por meio das narrativas dos professores, buscou-se compreender o que os professores discorrem sobre a BNCC. Ao ouvi-los, foi possível trazer os subsídios de suas experiências, vivências e particularidades de sua realidade dentro do contexto escolar em que estão inseridos.

No entanto, é relevante conhecer a realidade local em que esses professores se encontram, com o intuito de colaborar para a melhoria do público-alvo prioritário da rede de educação básica dos sistemas públicos de educação, que será apresentado nesta seção.

4.1 Nuances histórica do Tocantins

No ano de 1987, as lideranças souberam aproveitar o momento oportuno para mobilizar a população em torno de um projeto de existência quase secular e pelo qual lutaram muitas gerações: a autonomia política do norte goiano, já batizado Tocantins. A Conorte (Comissão de Estudos dos Problemas do Norte) apresentou à Assembléia Constituinte uma emenda popular com cerca de 80 mil assinaturas como reforço à proposta de criação do Estado.

Foi criada a União Tocantinense, organização suprapartidária com o objetivo de conscientização política em toda a região norte para lutar pelo Tocantins também através de emenda popular. Com objetivo similar, nasceu o Comitê Pró-Criação do Estado do Tocantins, que conquistou importantes adesões para a causa separatista. "O povo nortense quer o Estado do Tocantins. E o povo é o juiz supremo. Não há como contestá-lo", reconhecia o governador de Goiás na época, Henrique Santilo. (SILVA, 1999, p.237).

No dia 5 de outubro de 1989, foi Promulgada a primeira Constituição do Estado, feita nos moldes da Constituição Federal, foram criados mais 44 municípios, além dos 79 já existentes, atualmente o estado possui 139 municípios.

Foi construída, no centro geográfico do Estado, numa área de 1.024 Km² desmembrada do município de Porto Nacional, a cidade de Palmas, para ser a sede do governo estadual. Em 1º de janeiro de 1990, foi instalada a capital.

De acordo o IBGE (2021), o tipo climático predominante no Tocantins é o tropical. Na região conhecida como Bico do Papagaio, no extremo norte do estado, há ocorrência do clima equatorial úmido. No geral, o primeiro tipo possui estação seca bastante proeminente, quando se inicia o período chuvoso. As médias pluviométricas anuais variam entre 1.200 e 1.800 mm, enquanto as temperaturas são elevadas mesmo no inverno, ficando acima dos 18° C.

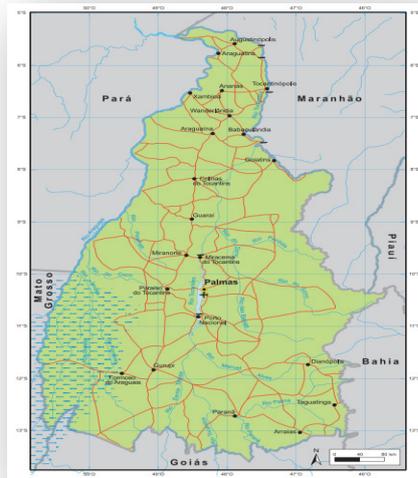
A cultura do Tocantins é formada a partir de elementos característicos das diferentes etnias que compõem a população do estado, principalmente dos povos tradicionais, como os indígenas e as comunidades quilombolas. Muitas das suas manifestações culturais são consideradas patrimônio imaterial do estado.

O artesanato consiste em uma tradição tocantinense e importante fonte de renda para diversos trabalhadores manuais, sendo o mais popularmente conhecido aquele realizado por meio do capim dourado, na região do Jalapão. Além desse material, utilizam-se também a palha do babaçu e do buriti, cerâmica e cristais.

A maior parcela da população tocantinense se concentra nas áreas urbanas. Conforme os dados do Censo de 2010, a taxa de urbanização do estado era de 78,79%. O município mais populoso é a sua capital, Palmas, com 306.296 habitantes. No outro extremo, a cidade com menor população é Oliveira de Fátima, com 1.118 habitantes.

Quando da realização do último censo (2010), o estado do Tocantins possuía uma densidade demográfica considerada baixa, de 4,98 hab/km². Com os dados recentes, esse valor subiu para 5,73 hab/km², mantendo-se abaixo da média nacional, mas superior à da Região Norte.

Figura 04- Mapa do Tocantins



Fonte IBGE, 2023

O estado do Tocantins possui atualmente uma população de 1.590.248 habitantes, conforme as estatísticas do IBGE para (2020). É o 4º estado menos populoso do Brasil, abrigando 0,7% da população nacional. Em escala regional, o Tocantins é o 4º em população, com 8,5% dos habitantes do Norte do país.

4.1.1 Breve histórico do município de Miracema do Tocantins

A história de Miracema do Tocantins começa com os garimpos que atraíam imigrantes para o Norte de Goiás, no início do século XX. Em 1929 chegaram os primeiros habitantes, se fixando no local devido à beleza da paisagem, a região foi denominada Xerente e Bela Vista. Em 1948, o distrito foi desmembrado de Araguaçema, com a denominação de Miracema do Norte. (IBGE, 2014).

Em 1988, com a divisão do Estado de Goiás, originando o Tocantins, Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins, localizada na região central do novo Estado, foi escolhida como capital provisória. No dia 1º de janeiro de 1989 foi instalado o Estado do Tocantins e empossados o governador, José Wilson Siqueira Campos; seu vice, Darci Martins Coelho; os senadores Moisés Abrão Neto, Carlos Patrocínio e Antônio Luiz Maya; juntamente com oito deputados federais e 24 deputados estaduais.

O governador assinou decretos criando as Secretarias de Estado e viabilizando o funcionamento dos poderes Legislativo e Judiciário e dos Tribunais de Justiça e de Contas. Também foi assinado decreto mudando o nome das cidades do novo Estado que tinham a

identificação "do Norte" e passaram para "do Tocantins". Foram alterados, por exemplo, os nomes de Miracema do Norte, Paraíso do Norte e Aurora do Norte para Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins e Aurora do Tocantins.

Figura 05 – Avenida Tocantins, cidade de Miracema do Tocantins.



Fonte. Fotos da Prefeitura Municipal, 2023.

Miracema do Tocantins é uma cidade tocantinense, localizada na região metropolitana de Palmas, a 197 metros de altitude, às margens do Rio Tocantins. O município se estende por 2 656,1 km² e contava com 18.248 habitantes no último censo (2010). A densidade demográfica é de 6,9 habitantes por km² no território do município. Situada a 187 metros de altitude, Miracema do Tocantins tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 9° 33' 38" Sul, Longitude: 48° 23' 42" a Oeste. Destacamos como uma das principais avenidas localizada no Centro como Avenida Tocantins com belas paisagens, comércio e dá acesso a um ponto turístico Praça Ponto de Apoio. A cidade recebe nos me

Figura 06 – Ponto Turístico - Praça Ponto de Apoio.



Fonte. Fotos da Prefeitura Municipal, (2023).

A Praça do Ponto de Apoio é um cartão postal da cidade onde acontece tradicionalmente o miracaxi, o carnaval fora de época e ainda dá acesso às rampas e ao Rio

Tocantins. Ainda dentre os aspectos culturais e pontos turísticos se destacam a Praia Mirasol, o Balneário do Lucena e Correntinho, Praia do Funil, Exposição Agropecuária e as Festas populares como os Festejos de Nossa Senhora de Fátima e Festa Junina, a Festa do Pescador em Junho, o aniversário da cidade no dia 25 de Agosto, Festa da Padroeira Santa Teresinha do Menino Jesus, Festejo do Divino Espírito Santo (Capela do Divino Espírito Santo), dentre outros.

Figura 07- Travessia de balsa no Rio Tocantins entre as cidades de Miracema e Tocantinia



Fonte: Tyba Mauricio Simonetti, (2023).

A Empresa PIPES Empreendimentos LTDA localizada em Carolina –Maranhão vem há 50 anos conduzindo e transformando vidas através do transporte aquaviário, presta serviço a 60 municípios, em seis estados: Piauí, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Pará e Tocantins, gerando emprego e renda. A balsa localizada entre as cidades de Miracema e Tocantínia que também é um meio de transporte e é utilizada pelos alunos que estudam em Miracema do Tocantins em escolas municipais, estaduais, particulares e na Universidade Federal do Tocantins (UFT), demais moradores e visitantes de outros lugares.

No município de Miracema do Tocantins possui um Campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT), um privilégio aos miracemenses em poder estudar uma Graduação sem precisar se deslocar para outra cidade. Na Educação Infantil a rede municipal conta com três Creches, e quatro escolas localizadas na zona urbana: Escola Municipal de Educação Infantil Vilmar Vasconcelos Feitosa, Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Martins Noleto, Escola de Educação Infantil Professora Dalva Cerqueira Brito, Escola Municipal de Ensino Fundamental Brigadeiro Lísias Rodrigues três escolas situadas na zona rural Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins, Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula e Escola Municipal de Educação do Campo Santa Marina.

Com total de 11 escolas em sua maioria escolas compostas por classes multisseriadas, com alunos de séries e idades diferentes que estudam em uma mesma classe e horário. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) referentes ao censo escolar de 2023, apresentamos um quantitativo de 1.687 matrículas da educação básica, o que nos permite observar que a maior parte dos estudantes matriculados está centralizada na Pré-escola e anos iniciais do ensino Fundamental da Rede Municipal de Miracema-Tocantins.

A Educação Básica é a primeira fase do ensino escolar no Brasil. Ela é obrigatória dos 4 aos 17 anos e é dividida em três níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Fundamental II, encerrando com o Ensino Médio. O Ensino Fundamental dura nove anos e é a etapa mais longa das três. Por isso, ele é subdividido em dois ciclos: Anos Iniciais e Anos Finais. Na Educação Básica, além dos conteúdos ensinados nas disciplinas, o aluno aprende valores e conceitos, como educação ambiental, noções de saúde e pluralidade cultural. (Censo Escolar 2018). Na rede municipal de Miracema está assim distribuído o quantitativo de matrículas nos Anos Iniciais, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

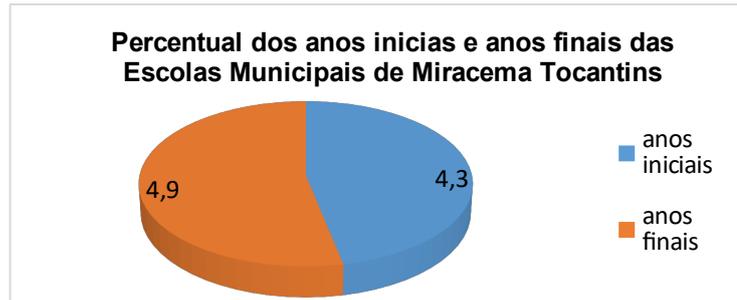
Tabela 01 – Quantitativo de matrículas do município de Miracema do Tocantins

Educação Infantil			Ensino Fundamental			Educação de Jovens e Adultos
Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	EJA
625	239	386	1062	947	96	19

Fonte: Censo Escolar – INEP, (2023).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, Nos períodos em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Descamos que o (IDEB, 2021), é formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Em relação ao (IDEB, 2021) é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação), como mostrado no gráfico o percentual dos anos iniciais e anos finais das Escolas Municipais de Miracema Tocantins.

Gráfico 1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2021).



Fonte: Censo escolar / 2021

As medições do Ideb são de suma importância para o avanço da educação no país, visto que ela deve estar em constante movimento e atenção para que não se perca a qualidade no ensino. Através desse índice, é possível entender se os métodos pedagógicos aplicados nas escolas estão surtindo efeito ou não. O índice também é um importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação.

Já em relação aos docentes da rede municipal de Miracema do Tocantins, há um total de 104 professores efetivos, dentre os quais, 28,08 % atuam na educação infantil (creche) e 26,00 % na (Pré-escola), 48,88 % no ensino fundamental anos iniciais e 7,15 % atuam no ensino fundamental anos finais, sendo a maior parte atuando no ensino fundamental anos iniciais.

Tabela 02 – Número de docentes da rede municipal de Miracema do Tocantins

Educação Infantil			Ensino Fundamental I e II		
Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais
52	27	25	52	47	5

Fonte: Censo Escolar – INEP, 2023

Quanto ao nível de escolaridade dos docentes, 18,72% possui grau de Licenciatura, todavia, não há professores com o ensino médio e doutorado e um total de 80,08 % dos professores possuem nível de especialização.

Tabela 03 – Escolaridade/Formação Acadêmica dos docentes da rede municipal de Miracema do Tocantins.

Ensino Médio	Ensino Superior					
	Graduação			Pós-Graduação		
	Total	Com Licenciatura	Sem Licenciatura	Especialização	Mestrado	Doutorado
-	23	18	5	77	4	-

Fonte: Censo Escolar – INEP,2023

O município de Miracema do Tocantins tem o Campus da Universidade Federal do Tocantins, com os cursos de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, Psicologia e Serviço Social – Bacharelados, Educação Física – Licenciatura, Especialização em Política Social e Serviço Social, Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social (Mestrado).

Deste modo, ter uma Universidade Federal ao alcance de todos faz a diferença na vida dos profissionais de educação que desejam buscar uma qualificação superior e se aprimorarem no âmbito profissional. É notório saber que a Universidade é um ambiente que abrange não somente os aspectos físicos, estruturais, naturais e geográficos, e sim, se constitui como espaço social.

Nesse aspecto como referência (Ewald, Gonçalves e Bravo (2008), compreende-se que estar em uma graduação traz sentidos às vivências e experiências e se compreende envolta aos aspectos simbólicos e emocionais que serão responsáveis por atribuírem novos sentidos ao meio profissional).

De acordo com toda essa pluralidade de informações históricas, culturais, das mais variadas realidade do contexto educacional está presente uma Base Nacional Comum Curricular que traz a ideia de um novo currículo comum e que dita em seus textos ampliação da educação em todo o Brasil.

Nesse sentido “se realmente o que se busca é a melhoria da qualidade de ensino, as políticas públicas deveriam se voltar inicialmente para a redução das assimetrias sociais, enquanto as políticas educacionais precisariam considerar que um ensino de qualidade só se faz em condições materiais adequadas e com um professorado preparado para enfrentar os desafios da educação” (Santos, 2016, p. 295).

4.1.1.1 BNCC/DCT: a voz dos professores na prática

Luto por uma educação que nos ensine a pensar e não por uma educação que nos ensine a obedecer.

Buscou-se com este estudo apresentar sobre o Ensino de História e a Base Nacional Comum Curricular/DCT na visão dos docentes de duas escolas municipais de Miracema do Tocantins. Esta verificação se deu por meio de entrevistas e aprofundamento na bibliografia sobre o tema em estudo.

A primeira parte do roteiro de entrevista compreende o perfil dos professores participantes da pesquisa com os seguintes questionamentos: Identificação, formação, tempo de atuação na docência, e quanto tempo de atuação na unidade de ensino EMEC Vale do Tocantins/ EMEC Boanerges Moreira de Paula?

Iniciei minha graduação em 2010 concluí em 2014, foram 04 anos de muito esforço e dedicação, cursei na Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus de Miracema do Tocantins. O curso foi ofertado pelo PARFOR não era bem o curso que pretendia fazer, mas, eu precisava de um curso superior na área da educação e os cursos ofertados no momento eram de Educação Física e História, eu escolhi o de história. (Entrevista concebida pela Professora Neuza de Sousa Nunes Neta em: 23/04/2023).

Curso hoje Graduação em matemática, e trabalho com todas as disciplinas do 6º ao 9º ano. Iniciei na área da educação em agosto de 2002 na EMEC vale do Tocantins. (Entrevista concebida pela Professora Célia Farias Silva, em: 23/04/2023).

Formado em Magistério e Graduado em nível superior pela EDUCON conveniado com a UFT e complementação em Pedagogia e Pós Graduado em Educação Infantil no Campus da UFT de Miracema do Tocantins, trabalho na Educação desde 1997, e na unidade de ensino EMEC Boanerges desde 2005. (Entrevista concebida pelo Professor Otávio Francelino de Sousa em: 18/04/2023)

Sou formada em Magistério Graduada em Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus de Miracema do Tocantins, Pós Graduada em Coordenação Pedagógica e trabalho no município desde o ano de 2000, e estou na unidade EMEC Boanerges desde 2011. (Entrevista concebida pela Professora Marlene da Silva em 18/04/2023).

Nesse sentido, exige-se sobre a formação docente que este deve ter um preparo e uma qualificação multidisciplinar e polivalente, sendo exigências específicas e legais para o exercício da docência no que corresponde principalmente às etapas da Educação Básica. Dessa forma, a “prática encarrega-se de demonstrar a prevalência da dimensão acadêmica, configurando um professor vocacionado em primeira linha para a transmissão de conhecimentos” (LOUREIRO, 1990, p. 123; GOMES, 1991 p.56).

Para a realização das entrevistas, os encontros foram realizados com o deslocamento da pesquisadora até as escolas situadas na zona rural no próprio município, realizando o trabalho de campo e mediação da entrevista com os colaboradores. Primeiramente fez se a

leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), com apresentação do tema do projeto e do objetivo, aceitação e assinatura do Termo de consentimento. As entrevistas foram transcritas, e os professores assinaram o Termo de aprovação e Uso de Imagem.

De fato, como argumenta Alberti (2004), o trabalho de campo permitiu trocas entre os sujeitos pesquisados. Não trabalho de campo existe uma definição na semelhança social e humana entre pesquisador e os sujeitos da pesquisa que estão intensamente conexos à ética que o profissional atribui em seu proceder. "Tudo que escrever ou disser não apenas lançará luz sobre pessoas e personagens históricos, mas trará conseqüências imediatas para as existências dos informantes e seus círculos familiares, sociais e profissionais" (AMADO 1997, p. 146).

O pesquisador precisa se equipar de responsabilidade e respeito e a ética profissional precisa ser mantida para com a realização do trabalho de coleta de dados, sua aferição e conclusão, cuja intenção é apreender as impressões que os professores possuem sobre a BNCC. É importante manter um clima de confiança, entre o pesquisador/entrevistador e o narrador/entrevistado as pessoas têm suas maneiras próprias de ser e de pensar, todos são diferentes. Nesse sentido, Thompson (1998) considera que:

Há algumas qualidades essenciais que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar (THOMPSON, 1998, p. 254).

Contudo, não se deve iniciar uma entrevista já fazendo uso de um gravador, podendo causar constrangimento e inibindo até o narrador/entrevistado. É necessário se distanciar, pois ao fazer uma entrevista há uma necessidade de haver uma relação social formal.

Fez-se preferência de um questionário com poucas questões pré-selecionadas para uma melhor captação dos resultados. Para registro das discussões optou-se pela gravação em áudio, o equipamento utilizado na gravação foi um smartphone Samsung A10, seu uso foi permitido por todos os presentes através da assinatura do Termo de autorização, bem como uso de Imagem e depoimentos.

Por fim, após a finalização das transcrições⁸ das entrevistas, a pesquisa seguiu com a sistemática dos dados coletados a fim de investigar qual a compreensão dos docentes sobre a importância do ensino de História e a Base Nacional Comum Curricular.

A entrevista teve como objetivo analisar os depoimentos dos professores da rede municipal de Miracemado Tocantins em torno da elaboração da BNCC. Buscou-se entender

⁸ As transcrições não tiveram nenhuma correção, utilizou-se a fala tal quais os depoentes narram.

de fato o que os professores compreendiam sobre o assunto, ou política curricular proposta pela BNCC, bem como mostrar o caminho percorrido até então e se realmente essa adesão acontecia nas escolas, já que o próprio docente é quem iria implementar essa política no chão da escola.

Pereira e Albino (2015, p.13) consideram que há um “movimento constante entre os significantes” que se articulam entre “o modelo idealizado, o modelo oficializado e o modelo cotidiano”, e assim, ampliar essa articulação sobre o que significa o BNCC na prática do professor.

Um dos objetivos da pesquisadora ao ouvir os agentes da prática foi o de observar a compreensão que eles possuíam sobre a BNCC, seus conhecimentos, entendimentos e até mesmo suas dúvidas, “suas ideias, preocupações e interesses reais e práticos” sobre a política (BALL, 1987, p. 33). Desse modo, a organização estrutural da análise foi elencada em dez questões norteadoras, iniciando com a seguinte questão sobre o conhecimento da BNCC.

(...) bom, a base nacional pra mim é um conjunto de orientações que dará norte a equipe pedagógica e aos professores na elaboração dos currículos e os planos, anuais e quinzenais com caráter normativo que define o processo de aprendizagem essencial a todos os alunos, e que esse documento seja um meio né de auxiliar ainda mais os professores em seus planejamentos. (Entrevista (concebida pela Professora Marlene da Silva em: 18/04/2023)..

No entrave das entrevistas, observamos na fala transcrita acima da professora Marlene da Silva ao afirmar que o documento tem a função de orientar o planejamento realizado em sala de aula definindo uma série de direitos e aprendizagens a todos os alunos.

hum, na época da base foi assim um desespero pra gente na unidade de ensino, preocupada com essa mudança que ia acontecer, e aí quase a gente entrou em pânico, né com essa mudança, mas a base a gente vê que não é tudo aquilo que agente pensava é um instrumento que valoriza o ensino e aprendizagem de qualidade aos estudantes garantindo os mesmos direitos, definindo as temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades dando orientações pra nós professores.(Entrevista (concebida pela Professora Neuza de Sousa Nunes Neta .em: 23/04/2023).

Desde o início dos meus estudos na universidade tenho contato com a BNCC, tanto para elaboração de trabalhos como agora na escola na elaboração dos planos de aula. (Entrevista concebida pela professora Célia de Farias Silva em 23/04/2023)

Sei que a base é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, e eu espero que traga um certo apoio pedagógico para nós professores né(Entrevista concebida pelo Professor Otávio Francelino de Sousa em 18/04/2023).

Percebe-se no depoimento dos professores um conhecimento plausível do documento, porém, ainda assim, expõem suas angústias, incertezas e dúvidas, segundo aspectos de indagações sobre qual seria a proposta pedagógica em relação a essas reformas.

Corrêa (2017), em suas pesquisas, aponta que reformas curriculares como essas têm ocasionado diversas inquietações e dúvidas no meio docente. Nesse sentido, Corrêa considera que essas reformas têm colocado o professor como peça fundamental para que as mudanças aconteçam na educação do país, vinculando a responsabilidade da qualidade do ensino em que se almeja até ao fracasso dos resultados não satisfatórios aos profissionais.

O entrevistado Otávio Francelino, diz concordar com o documento, porém espera que ele seja um apoio aos professores. Trazendo para a visão de Macedo e Lopes (2015),

consideram que os “direitos de aprendizagem” não são necessariamente “direitos”, pois a sua formulação está estruturada sob a égide de uma construção normativa, que envolve apenas a formulação de conteúdos curriculares comuns, como pressuposto que iram garantir que todos os estudantes sejam tratados como iguais e todos devem ter o mesmo direito no acesso ao aprendizado. (MACEDO; LOPES,2015,p.98).

Deste modo, consideramos os direitos de aprendizagem apenas como instrumento formal dentro de um documento, ou só perante a lei, fato esse que sua aplicabilidade no chão da escola se torna quase desigual.

Seguindo a entrevista com os atores da prática, abordamos nesse momento a premissa de captar informações e partir para a discussão da questão: Como foi atuar na docência no período da pandemia do Covid-19 e utilizar os referencias da BNCC?

No entanto, sabe-se da enorme dificuldade em que o mundo vem passando em todos os setores no período da pandemia da Covid- 19 foi preciso criar espaços e modelos de educação garantindo o direito e a participação de todos os alunos a aprenderem nesse novo formato de trabalho remoto e, assim, o trabalho dos professores também sofreu diversos impactos.

hum, foi um grande desafio, porque na época da pandemia muitas dificuldades, fechamento da escola, a gente tinha que planejar atividade para mandar para os alunos e muitos não tinha internet em casa, não tinha como está indo até eles, a gente mandava o roteiro de atividade... Muito deles não tinha em casa alguém para está auxiliando, muitos deles falavam que os pais deles não eram “letrados”, não tinha como saber ler e explicar pra eles e isso se tornava um impacto muito negativo no aprendizado do aluno. (Entrevista concebida pela Professora Marlene da Silva em 18/04/2023).

(...) oh, foi difícil, um dos maiores impactos negativos é que houve minimo avanço dos alunos no processo de ensino aprendizagem na volta às aulas presenciais hibridas os alunos acabaram chegando estagnados ou defasados na aprendizagem, e a causa disso foi também a falta de acompanhamento dos pais em casa. (Entrevista concebida pelo Professor Otávio Francelino de Sousa em 18/04/2023).

As narrativas acima revelam certa angústia e claro sentimento de incertezas e desafios, as escolas fechadas, um cenário de muitas informações nas mídias, muita ansiedade e insegurança de nossos familiares e famílias dos alunos, um clima de impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias.

Assim, a Rede Municipal de Miracema do Tocantins desenvolveu o Plano de Contingência Educacional com apoio do Conselho Municipal da Educação, Ministério Público, além das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social e a Gestão Municipal, parceiros-chaves do sistema educacional. O documento tratava-se de um plano de contingência em resposta à emergência de saúde pública da Covid-19, com fins de garantir a segurança e o bem-estar da comunidade escolar em um processo de retomada das aulas na rede pública municipal.

A implementação desse plano de contingência esteve condicionada à tomada de decisão em duas etapas: Evidências na análise do diagnóstico socioeconômico da comunidade escolar, envolvendo pais e responsáveis pelos alunos, professores, auxiliares de sala de aula, coordenadores pedagógicos e diretores escolares; e ao Plano de ação para a retomada com base nas evidências locais, e recomendações complementares de saúde pública.

Foi preciso buscar alternativas para que os impactos da pandemia fossem cada vez menores e para isso, todos os atores envolvidos com a pauta educacional, sejam do setor público ou da iniciativa privada, uniram esforços para que os desafios fossem superados, e isso pressupõe o comprometimento de toda a comunidade escolar para salvaguardarem o presente e o futuro dos alunos pós-pandemia.

A pandemia global do novo coronavírus (Covid-19), que demandou um isolamento social e a suspensão das aulas presenciais em 194 países, atingindo cerca de 1,6 bilhão de crianças no mundo inteiro⁹ teve um enorme impacto na educação brasileira.

Neste novo cenário, fica evidente que a experiência escolar para os alunos não terá mais um espaço físico, um tempo delimitado e uma comunidade de professores, gestores e colaboradores alocados especificamente e reunidos geograficamente de modo a propiciar um contexto de aprendizagem semelhante ao que se tinha anteriormente para os alunos.

A realidade da pandemia ainda traz momentos acentuados no equilíbrio psicológico e na saúde emocional de alunos, professores e gestores. Esses aspectos devem ser cuidados de

9 UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura; (03/04/2020)

maneira prioritária, considerando que sem condições minimamente adaptadas de segurança e estabilidade emocional, a aprendizagem será prejudicada.

A interrupção das atividades educacionais regulares presenciais por mais de cinco meses, mesmo considerando que 75,9% dos estudantes¹⁰ tiveram acesso a atividades remotas de algum modo (DATAFOLHA, 2020), causou impacto substancial sobre a BNCC.

No contexto pandêmico, os jovens das classes baixas viram o abismo social que os separavam dos estratos mais favorecidos aumentar de forma desigual. Segundo o (IBGE, 2022), nada menos que 4,3 milhões de estudantes entraram na pandemia sem acesso à internet¹¹. Desses, 4,1 milhões eram alunos da rede pública (IBGE, 2022).

Assim no momento foi difícil né, não só pra mim, mas pra todos nós, foi uma coisa que nos pegou de surpresa, era uma situação atípica, mas com dedicação conseguimos com a BNCC atender a educação em momento crítico, dando oportunidade de utilizar mais as ferramentas digitais né, infelizmente na educação tem vários alunos que não tem acesso a internet principalmente quem mora aqui na zona rural, isso foi o que prejudicou mais nossos planejamentos e as atividades remotas. (Entrevista concebida pela Professora Neuza de Sousa Nunes Neta em 23/04/2023).

(...) nossa, a pandemia foi complicada para todas as áreas da educação, neste período eu estava na função de aluna ainda, e não passei pela experiência como professora na época da pandemia. (Entrevista concebida pela Professora Célia de Farias Silva em 23/04/2023).

Ainda seguindo no campo da discussão sobre a atuação do professor em tempo da pandemia, a entrevistada Neuza da Silva expressou que o momento foi difícil também para a educação de modo geral, em realizar um trabalho diferenciado levando em consideração todo o contexto atípico para escola e as famílias. Ainda assim, com a reabertura das escolas em um momento que ainda se convive com a pandemia nos obriga a tomar uma série de fornecimentos que vão transformar expressivamente a conhecimento dos estudantes. A tabela abaixo traz alguns aspectos dessas mudanças: Nesse sentido:

com a reabertura das escolas em um momento que ainda se convive com a pandemia nos obriga a tomar uma série de providências que vão alterar significativamente a experiência dos estudantes. De modo que qualquer esforço de aprendizagem que não agregue a experiência e os desafios que estamos vivendo fora da escola por conta da pandemia às expectativas de aprendizagem específicas, tem potencial de não ser significativo e efetivo. (FIGUEIREDO 2016, p. 809-836).

10Datafolha. Pesquisa Educação não presencial. Junho 2020.

Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1nnW9c3JJRi-Px0jve3KWDj18fj7UYxJ/view>

11 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022):<https://censo2022.ibge.gov.br/>

O MEC lança uma ação em março de 2018, “para fazer acontecer”. Neste dia foi instituído o dia “D” da BNCC, com o intuito de discutir a implantação em Secretarias de Educação e nas escolas de todo o país. Todos os municípios receberam materiais com modelos de estratégias para impulsionar a participação de todos. Quando questionados sobre a participação das formações ofertadas pela rede de ensino sobre a BNCC? As formações atenderam as suas necessidades para atuar com qualidade na sala de aula? Assim, destaca

(...) A gente não chegou a participar diretamente da formação da BNCC, assim a equipe da escola montou um grupo de estudo pra discutir a BNCC, eu participei de outras formações continuadas como o PNAIC que teve uma visão de melhorar a qualidade do ensino aprendizagem das crianças na idade certa até os oito anos, também participei de muitas outras formações na escola. (Entrevista concebida pela Professora Neuza de Sousa Nunes Neta em 23/04/2023).

Identificamos que as pesquisas sobre a formação de professores compreendem múltiplas dimensões e formatos, não apenas às referentes aos processos acadêmicos formais, devendo perpassar em todos os campos de estudo e reflexão do sujeito sobre suas vivências, experiências e ambientes de interação. Zabala e Arnau (2010) propõem que “a escola como o órgão que projete, coordene e supervisione as ações educacionais realizadas nos âmbitos formal, informal e não formal” (Zabala e Arnau, 2010 p. 188).

Sim participei de várias, com a implantação da BNCC e o DCT ficou muito mais fácil porque é uma referência de peso, para nós professores, desenvolver as competências e as habilidades e para (...) aplicar com mais êxito as práticas pedagógicas em sala de aula. (Entrevista concebida pela Professora Marlene da Silva em 18/04/2023).

Participei, atenderam em parte, sabemos que além dos conhecimentos específicos do currículo escolar a base também vem pra desenvolver as habilidades né, dos alunos como autocontrole, harmonia emocional e isso dá chance pra nós também desenvolver novas experiências na prática pedagógica do nosso trabalho e (...). (Entrevista concebida pelo Professor Otávio Francelino de Sousa em 18/04/2023).

(...) e antes da base eu planejava minhas aulas de acordo com o que eu “queria” ensinar aos meus alunos, hoje tenho como referência os documentos que trazem as aprendizagens que o aluno precisa (pausa) eu sinto que a base nacional comum curricular (BNCC/DCT) mudou a minha prática em sala de aula porque trouxe um novo olhar para a educação. (Entrevista concebida pelo Professor Otávio Francelino de Sousa em 18/04/2023).

É evidente no depoimento dos professores em relação às formações sobre a BNCC, que alguns chegaram a participar diretamente das construções e discussões e que as formações atenderam em partes as necessidades para atuarem em sala de aula os entrevistados destacaram que com a implantação da BNCC e do DCT lhes proporcionaram um novo olhar dentro da escola.

Posto isso, a Rede Municipal de Miracema do Tocantins iniciou em 2018 suas atividades de Formação Continuada voltada a discussão da BNCC e do DCT na cidade de Palmas com encontros formativos da equipe da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a SEDUC/TO, Undime e Universidade Federal do Tocantins.

Ao longo desse período até o presente momento temos participado de discussões voltadas a trabalhar a BNCC e o DCT em conjunto com os profissionais da Rede Municipal de Educação (gestores, coordenadores e professores), realizaram vários encontros de formação continuada buscando discutir a BNCC - Base Nacional Comum Curricular e Documento Curricular do Tocantins, considerando as discussões vigentes em nível nacional, sempre considerando a realidade das escolas e a efetiva participação dos profissionais envolvidos, uma vez que compreendemos que o processo de formação continuada deve considerar a escola como lócus de formação.

Buscamos, assim, nas formações continuadas, respostas e caminhos para as complexidades, como melhoria da prática docente para a transformação de um caminho desafiador que proporciona aos estudantes um conhecimento crítico e reflexivo.

Nesse sentido, Ball (1987 p. 135), indica ainda, “um grau considerável de insatisfação e/ou desejos de participação, mas há uma forte sensação de exclusão na tomada real de decisões” que contraria o discurso oficial do MEC, que afirma que houve uma grande colaboração entre os entes federados, com a participação e discussão sobre a BNCC.

O entrevistado Otávio Francelino, expressa de maneira muito simples como atuava antes do documento orientador BNCC E DCT, passando a ter outra visão após a implantação dos documentos citados, no que se refere à maneira em como planejaria suas aulas.

Para tanto, é necessário relatar que os profissionais de educação, em especial os professores, tenham domínio em relação às competências, habilidades, informações sobre direitos de aprendizagem, campos de experiência, e objetivos didático-pedagógicos, de modo que possam realizar o planejamento escolar e os processos de formação continuada com fundamentos em projetos político-pedagógicos consistentes.

Desse modo, somente por intermédio de professores bem formados em relação às normas e valores contemplados na BNCC e no DCT é que poderão ser prestados serviços de uma educação de excelência e de qualidade, como determinado pela CF/88. Como destaca Foucault (2007) nos ajuda a pensar a educação e a escola pelo menos em três dimensões: a construção do saber pedagógico na dimensão científica; as relações de poder no espaço

escolar, permeado pelo disciplinamento e pelo controle; as relações do sujeito conseguem mesmo, numa dimensão ética.

Dando sequência à entrevista, remete-no a expor o objetivo da Base Nacional Comum Curricular ao determinar as aprendizagens essenciais em que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Assim, contemplam no (DCT) para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental normas fundamentais para obter um consistente processo de educação que se mostre participativo, transparente, democrático e, sobretudo, de ensino efetivo e concreto aos alunos. Como diz Pinheiro (2005), a contextualização deve ser vista como um princípio organizador do currículo em que estreita as relações dos conteúdos ao cotidiano dos estudantes.

Pinheiro (2005) acrescenta que a contextualização se torna uma questão necessária, pois “[...] habitualmente, na escola, os conteúdos curriculares são repassados aos alunos de forma abstrata e estabelecidos em graus crescentes de generalizações, o que faz com que o aluno tenha dificuldades em aplicá-los em situações concretas” (PINHEIRO, 2005, p. 109).

Com base nessas informações, abordamos os seguintes questionamentos: Quanto ao Documento Curricular do Tocantins (DCT) para o Ensino de História, você utiliza-o em seus planejamentos? Ele atende com qualidade o ensino de história? Sobre essas circunstâncias, os entrevistados narraram:

Sim vejo que foi muito necessário esse documento (...) é um normativo onde traz todas as diretrizes de ensino para a disciplina de história, e complementa a nossa leitura, amplia o nosso conhecimento também com a história do Tocantins e demais conteúdos que os alunos deve saber sobre região e seu estado (Entrevista concebida pela Professora Marlene da Silva em 18/04/2023).

Quando perguntado quais os pontos positivos e negativos

Pontos positivos: tivemos as inovações nas competências e nas habilidades que auxiliou na elaboração dos nossos planos anuais, quinzenais da disciplina de história, e também nas atividades de sala de aula e de casa, para trabalhar na linha do tempo na valorização da cultura, do povo e da comunidade. (Entrevista concebida pela Professora Marlene da Silva em 18/04/2023).

Pontos negativos: a gente sabe né, que nem todas as escolas possuem recursos necessários pra tá aplicando o que vem dizendo na base, as inovações que vem junto com a Base e o DCT são até boas né, mas para acontecer na prática (...) e ainda com as salas multisseriadas como tá sendo agora é o que é difícil. (Entrevista concebida pela Professora Marlene da Silva em 18/04/2023).

Ao perguntar ao professor Otávio Francelino de Sousa, ele relata que,

sim, eu utilizo os dois (...) sabemos que depois da base surgiu a necessidade de ter um documento normativo também com nossa “cara” nossa realidade, pra trazer o ensino de história baseado nas nossas escolas e no nosso estado/município e através dele os alunos se desenvolver, mas sem deixar nossas raízes de lado. (Entrevista concebida pelo Professor Otávio Francelino de Sousa em 18/04/2023).

Quando perguntado quais os pontos positivos e negativos:

Pontos positivos: (...) esse documento traz inovações e novas estratégias metodológicas que auxiliam no nosso trabalho e vem colaborar para a elaboração dos currículos alinhados as normas, ele defende a valorização cultural, a comunicação ampla e incentiva o pensamento crítico dos nossos alunos. (Entrevista concebida pelo Professor Otávio Francelino de Sousa em 18/04/2023).

Pontos negativos: então os pontos negativos é que não leva em conta o tempo de desenvolvimento dos alunos, as escolas possuem poucos recursos tecnológicos para o desenvolvimento das metodologias que tem na BNCC/DCT. (Entrevista concebida pelo Professor Otávio Francelino de Sousa em 18/04/2023).

sim atende sim, com qualidade, ele abrange de maneira bem sucinta a história também do Tocantins, incluindo nela a história dos quilombolas e a história indígena voltando se pra diversidade cultural, então assim, é bem de qualidade o documento. (Entrevista concebida pela Professora Neuza de Sousa Nunes Neta em 23/04/2023).

Quando perguntado quais os pontos positivos e negativos, a entrevistada Neuza Neta relata

Pontos positivos: olha com o DCT ficou mais fácil planejar e ministrar as aulas pelo menos na minha disciplina história pela área de conhecimento. (Entrevista concebida pela Professora Neuza de Sousa Nunes Neta em 23/04/2023).

Pontos negativos: já os pontos negativos é, devido os livros didático escolhidos, devido a falta de conhecimento dos alunos, eles se sentem perdidos, tem dificuldade em compreender a história. (Entrevista concebida pela Professora Neuza de Sousa Nunes Neta em 23/04/2023).

Os entrevistados destacaram fragilidades e sucessos em relação ao DCT e BNCC e ainda destacam pontos positivos como os currículos em destaque para a disciplina de História, em que consta sobre a valorização cultural e incentiva os alunos ao seu protagonismo e do pensamento crítico, mas evidenciam seus pontos negativos.

Na narração da entrevistada Marlene da Silva e de Otávio Francelino apresentam uma crítica em torno da BNCC tendo em vista em suas informações um teor implícito, um confronto com o discurso político da BNCC com a verdadeira realidade vivida pelas escolas e seus alunos e, assim, principalmente em escolas situadas na zona rural, que não possuem recursos necessários para cumprirem todas as demandas que constam na BNCC.

Em última análise, Ball e Bowe (1992, p. 21) nos ajudam a compreender que as “experiências, valores e propósitos” dos “atores da prática” são caminhos eficazes para compor a demonstração dos seus interesses, da definição e sentido que eles vão construir.

Nessa ótica, que caminho seguir no ensino de História para preparar os cidadãos e cidadãs? Um dos objetivos da Base Nacional Curricular Comum é que o estudante se torne “uma pessoa que identifique os desafios da vida, tenha habilidades e competências adequadas para compreender, ser capaz de analisar e encontrar soluções adequadas e éticas frente a problemas de diferentes naturezas” (SILVA, 2018 p.28).

Ou seja, o DCT é compreendido na fala dos entrevistados como um documento com alternativas a trazer inovações e um novo modelo de planejar, caminhos que vão compor a sua prática docente e que dá sentido ao transmitir aos seus alunos essas novas metodologias.

Seguindo com a entrevista, da BNCC mostra o que a escola deve ensinar e qual currículo será colocado em prática, o que as escolas devem dialogar com a base de forma a compreender as modificações necessárias ao se falar de práticas educativas, essa efetivação faz-se referência aos processos educacionais já existentes e considera que a escola passa a ser mais um espaço de decisão curricular, em que os professores são os agentes dessas decisões.

As narrativas dos professores colaboradores trazem evidências sobre sua prática pedagógica e melhorias no processo ensino-aprendizagem, visto que o docente vê outras formas de trabalhar com diferentes metodologias e práticas de ensino e “novas formas de direcionar a prática vão sendo construídas.” (APLLE, 2016 p.39).

Em suma, os entrevistados completam sobre o questionamento: A BNCC e o DCT trouxeram melhorias da prática pedagógica em sala de aula? Ou você preferiria trabalhar com os documentos orientadores que tínhamos antes?

sim vejo algumas melhorias e prefiro trabalhar com esses documentos atuais, que trouxe pra nós professores muitas práticas pedagógicas né, as metodologias que veio enriqueceu muito nosso desenvolvimento, nossas ideias pra gente está planejando e trabalhando melhor. Só não concordo muito com o modelo de trabalhar um currículo fechado, pois temos muitas diversidades na nossa escola. (Entrevista concebida pela Professora Marlene da Silva em 18/04/2023).

Na fala da entrevistada Marelene da Silva há uma inquietação sobre um currículo fechado, que a escola dê certa autonomia para que os professores trabalhem a realidade de cada lugar. Desse modo, o professor é o autor desse contexto que direciona o aluno à inserção de novas ideias e novos caminhos. Pois “a sala de aula não é apenas um espaço onde transmite informações, mas onde uma relação de interlocutores constrói sentidos.” (BITTENCOURT, 2012, p. 57),

Foi muito proveitosa as orientações pra nossa prática, ao usar a BNCC, e DCT nos mostrou uma ampla opção de trabalhar aulas diferenciadas com material do nosso dia a dia, pois não tem como trabalhar sem olhar pra nossa realidade primeiro, com recursos que existe na escola, mesmo com algumas dificuldades mas realizamos

nosso trabalho com eficiência.(Entrevista concebida pela Professora Célia de Farias Silva em 23/04/2023).

Assim, as práticas pedagógicas vão além de modelos de ensino e de aprendizagem, trazem aspectos existentes na escola e eles devem ser pauta dos pontos a serem discutidos com todos os envolvidos, com enfrentamentos diários no ambiente escolar em prol de uma educação centralizada, autônoma e eficaz,

Sim, atende, tem várias melhorias por um lado, né, para os alunos e para os professores também trouxe novos métodos de desenvolver nossa prática pedagógica em sala de aula, mesmo com todas as dificuldades que existe pelo menos discute o protagonismo dos nossos alunos e já vêm especificado os currículos e nós só adaptamos e não temos muita dificuldade pra utilizar eles não. (Entrevista concebida pela Professora Neuza de Sousa Nunes Neta em 23/04/2023).

Concorda-se com Bittencourt (2010) quando diz que “[...] a história escolar não é apenas uma transposição da história acadêmica, mas constitui-se por intermédio de um processo no quais interferem o saber erudito os valores contemporâneos, as práticas e os problemas sociais.” (BITTENCOURT), 2010 p.25).

(...) em parte, ainda que com muitos percalços né, pretendo trabalhar com a BNCC e o DCT, pois facilitou até em trabalhar as competências e habilidades, valorizando um novo olhar sobre a educação, e maior inserção das tecnologias, mesmo que nas escolas ainda falta muito para se adequar. (Entrevista concebida pelo Professor Otávio Francelino de Sousa em 18/04/2023).

Há uma necessidade de um redimensionamento de tais práticas serem priorizadas com reflexões acerca de adequação das especificidades e linguagem própria de novos métodos tecnológicos no âmbito escolar, (...) a “inovação não é um produto é uma atitude”. (NOVOA, 1995, p. 5).

Nesse debate, o posicionamento da entrevistada Neuza de Sousa expressa uma vivência em torno do protagonismo dos alunos, e coloca de forma positiva como os currículos vêm especificados nos documentos norteadores. Nesse enfoque, o entrevistado Otávio Francelino de Sousa relata que os documentos da DCT e da BNCC promovem subsídios, embora não descarta os desafios enfrentados por diversos fatores. Contudo, Pacheco (2000).

caracteriza como uma política educacional do modelo top-down (de cima para baixo) em centralizar a formulação da política, seja ela curricular e/ou educacional, ignorando os aspectos locais políticos, sociais, culturais no momento de sua implementação(PACHECO, 2000 s/p) .

Desse modo, existe um esforço de valorizar o local, de fazer diferente, de construir um currículo adequado à sua realidade e particularidades de cada um, de haver uma discussão

sobre a prática pedagógica de cada instituição e de cada professor. Esse ponto foi muito válido para poder compreender os professores colaboradores da pesquisa sobre essa categoria, e poder prosseguir no debate sobre o documento da BNCC.

De fato, espera-se que os conhecimentos e práticas pedagógicas dos professores estejam pensados e projetados em sua totalidade, que levem a uma maior autonomia e compromisso do professor com os contextos socioculturais, onde a escola se insere.

A entrevista segue a partir dessa discussão sobre o ensino de História como principal pressuposto para formar cidadãos que possam ser críticos com a realidade na qual estão inseridos, devido ao fato de que seus conceitos e conteúdos possam fazer com que os alunos debatam sobre o que está acontecendo não somente sobre o passado, mas também sobre o presente.

A BNCC (2017) orienta também que, no ensino de História, o professor estimule o aluno a compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos, assim como mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, ocorridas ao longo do tempo e em diferentes espaços.

Desse modo, apresentamos como a comunidade disciplinar (GOODSON, 1997) tem debatido sobre os sentidos de História presentes na BNCC com a seguinte indagação: Qual a importância do ensino de história para a formação do estudante?

É muito importante (...) porque por meio da disciplina de história é que o aluno estuda os documentos importantíssimos sobre sua cultura, sua história de vida, o seu desenvolvimento social e cultural, e através da linha do tempo e dos documentários eles pode comparar o passado, o presente e o futuro, e ser um aluno crítico e preparado para a vida de hoje né e do amanhã. (Entrevista concebida pela Professora Marlene da Silva em 18/04/2023).

As mudanças no ensino de História trazidas no DCT e na BNCC podem estar relacionadas aos estudos desenvolvidos por Bittencourt (2012) ao destacar a importância de se refletir sobre a formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. Apontando para o fato de que essa relação entre os profissionais de história em sala de aula já faz parte de debates e encontros há alguns anos, o entrevistado Otávio Sousa relata:

Olha, o ensino de história permite o aluno, a se desenvolver social, cultural e ser uma pessoa capaz de reconhecer sua história, tornando os sujeitos de hoje ainda crianças, futuros adultos do amanhã e que buscam história do passado e do presente, prontos a assumir suas ambições e suas responsabilidades como adultos. (Entrevista concebida pelo Professor Otávio Francelino de Sousa em 18/04/2023).

Observamos nos apontamentos dos entrevistados Marlene da Silva e do Professor Otávio Francelino de Sousa que a disciplina de história aborda condutas social e cultural, trazendo em seu contexto a história do passado e do tempo presente dos alunos.

Segundo Macedo e Santos (2018), em pesquisa realizada nas escolas da rede estadual de Palmas-TO, relatam que o ensino de história tem buscado mudanças no seu perfil e em sua estrutura relacionados ao campo historiográfico, precisando investir na formação de professores, na organização da escola e nas políticas públicas de investimentos na educação. Entendemos assim,

(...) História é um campo privilegiado em que as discussões curriculares incidem fortemente sobre as demandas sociais, uma vez que se trata de disputas pela memória coletiva, de operações históricas que dão visibilidade a diferentes posições enunciativas e pontos de vista sobre o passado e, conseqüentemente, sobre o tempo presente. (CAIMI, 2016, p. 87).

pois é, (...) é de suma importância a disciplina de história para a vida acadêmica dos estudantes, tanto para estarem por dentro de sua história de vida, como para a busca do conhecimento que contempla a história desde os anos iniciais indo até na universidade. (Entrevista concebida pela Professora Célia de Farias Silva em 23/04/2023).

a importância do ensino de história (...) eu acredito que desde muito cedo já tem a sua importância pra formação do aluno, em saber ver e ouvir a história contada por gerações e gerações, tendo em vista a busca do conhecimento no contexto histórico, moral e cívico. (Entrevista concebida pela Professora Neuza de Sousa Nunes Neta em 23/04/2023).

Na fala das entrevistadas Célia de Farias Silva e Neuza de Sousa Nunes Neta, destaca-se que a disciplina de história promove na vida dos estudantes meios eficazes na busca do conhecimento de sua própria história de vida e de todo o contexto histórico em que está inserido.

As reflexões descritas nas narrativas são ricas em conceitos e proporcionaram discussões de um trabalho desempenhado enquanto construtores de sua própria identidade e apresentam certa experiência próxima de não passividade.

Observando esses principais pontos, poucos professores se colocaram contrários à proposta tanto da BNCC quanto do DCT, não se referindo a uma imposição em direção de suas práticas pedagógicas. Nesse sentido, podemos afirmar que se faz necessário dar voz aos professores, em todas as circunstâncias, sendo eles os que realmente conhecem realidades onde os seus alunos vivem e convivem e onde as escolas que atuam estão inseridas, suprimindo aqui todos os tipos de pretensões, o que se mostra é atitude crítica, e construtiva, que cada um desenvolve no decorrer de sua prática.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com este estudo apresentar sobre o Ensino de História, a Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular do Tocantins na visão dos docentes de duas escolas municipais de Miracema do Tocantins. Como objetivo, procuramos narrar às experiências docentes com o ensino de história utilizando os documentos da BNCC e do DCT por meio da escuta dos professores.

O problema desta pesquisa se configurou da seguinte forma: como evidenciar a importância do ensino de história e a Base Nacional Comum Curricular/DCT, compreendendo o período de 2018 a 2022, através das narrativas dos professores das Escolas: EMEC Vale do Tocantins e EMEC Boanerges Moreira de Paula da Rede Municipal de Miracema-Tocantins?

A respectiva pesquisa utilizou a História oral temática, pesquisa qualitativa, e possibilitou conhecer uma reflexão da linha do tempo no que diz o teor histórico do tema ao qual propusemos na pesquisa e por entender que esta abordagem capta não só a aparência do fenômeno, mas também sua essência, implicando em uma maior aproximação da realidade dos fatos pesquisados.

A pesquisa bibliográfica e documental a partir das leis que garantem a BNCC como: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases (1996), Diretrizes Curriculares, BNCC (2018), PNE e DCT com intuito de favorecer a construção do entendimento sobre o processo da implementação do currículo da BNCC, e contributos teóricos da área da educação da história oral.

Tendo em vista os aspectos aqui apresentados, os objetivos específicos se constituíram em três frentes de análise como representado no interior do trabalho. Buscamos evidenciar a importância da história oral como referencial teórico-metodológico, como viés para a investigação da prática pedagógica dos docentes. Utilizou-se a história oral por meio da escuta das experiências docentes e traçamos uma visão histórica dos principais documentos legais indicativos à regulamentação.

Portanto, entre eles estão os PCNs e os DCNs, documentos políticos que antecederam a construção da BNCC, e assim os outros objetivos se cumprem na construção desta pesquisa, permeando um estudo por meio das políticas públicas educacionais.

Destacamos através dos dados coletados que a implementação da BNCC, principiada no Ensino Fundamental, resulta na mesma realidade já vivenciada há décadas na constituição de uma educação com professores trabalhando fora da sua área de formação e salas

multisseriadas, principalmente em escolas do campo. Todos esses fatores colocam em risco a condição da educação a ser concretizada de maneira satisfatória, reforçando o caráter normativo do documento e revelando seu modo impositivo de se constituir na educação básica.

A formação dos professores que compuseram a pesquisa demonstra o nível de fragilidade, sendo que dos quatro profissionais que estão na sala de aula, apenas um é graduado em história. Isto demonstra a desvalorização do componente curricular, pois não visam atender com qualidade a formação dos estudantes.

Portanto, através dos resultados apresentados, observamos que poucos professores foram totalmente contrários à proposta, tanto da BNCC como do DCT no ensino de história, com ênfase em algumas percepções ingênuas sobre o processo de implementação, transparecendo a evidência de pouca participação na ação de elaboração e implementação da BNCC/DCT. Visto que a não formação na área de atuação, pode influenciar negativamente, na construção de um olhar e fazer crítico dos profissionais.

Logo, reforçando o caráter normativo do documento e revelando seu modo impositivo de se constituir na educação básica, observou-se que nem todos os professores das escolas pesquisadas, que ministram aulas de História, são especialistas, problema pautado na rotatividade de professores, sobretudo os que estão lotados em escolas da zona rural.

Por todos esses aspectos conseguimos compreender que a BNCC, desde o seu processo de elaboração, é marcado por intensas lutas, debates e negociações políticas, ligados à rede global e elaborados em sentido hegemônico na condução dos sistemas de educação.

Observou-se ainda que no período entre 2018 a 2022, a educação foi um dos setores mais afetados pela pandemia da Covid-19, onde o impacto na aprendizagem ainda é bastante visível e que devem perdurar por anos à frente, redes e escolas, muitos hão de trabalhar para a recomposição da aprendizagem desses alunos.

E fica claro na visão dos professores, da aceitação em referência aos documentos analisados nesse estudo, que aparecem outros aspectos que revela fatores externos a suas experiências docentes e ao trabalho pedagógico, trazendo apontamentos favorecedores à proposta curricular apresentada para o ensino de História utilizando a BNCC e o DCT.

Deste modo, precisa repensar que quanto mais se deseja afirmar o valor da BNCC, mais se significa a escola e quem trabalha nela, como carente de algo, como se a escola fosse um lugar onde não se ensina. E a situação das escolas pesquisadas, de campo, com salas multisseriada, não é trabalho fácil para nenhum professor, além do mais professor que em sua

maioria, não são formados no referido componente curricular de História.

Desse modo, querer que todas as escolas tenham o mesmo currículo e orientação pedagógica firmada a um conceito de que ao unificar o ensino, esteja garantida à aprendizagem do aluno, pode transparecer um sistema de ensino com disparidades e se aproprie de um documento base.

É preciso repensar e investir primeiramente na carreira do professor, nas condições de trabalho nas escolas, nas condições de vida das famílias e nas condições de estudo dos alunos. Pois, professores têm formações diferentes e alunos aprendem de maneiras diferentes. (grifos nossos).

Por todos os aspectos apresentados não se pretende proporcionar aqui uma formalidade única de conclusão, que por sua vez nos estudos da BNCC no seu “acontecer”, mostra-se um caminho muito desafiador com incertezas e que fizeream com que a pesquisa adquirisse um caráter cada vez mais instigante e com mudanças que ao longo do caminho sempre apontavam para novas análises e descobertas.

Posto isso, avaliamos que ainda há muito a ser pesquisado no tocante à BNCC/DCT e o ensino de história, e acreditamos que este trabalho ainda depende muito de uma postura colaborativa, investigativa e crítica dos docentes, levantando análises, posturas teóricas e problemas que ocorrem nas redes.

Percebeu-se por meio dos autores trazidos para as análises, que o ensino da história contribuiu na compreensão do presente e passado, permitindo uma formação crítica do ser humano ao longo do tempo. Desse modo, entendemos que o ensino de história não pode se prender somente em competências e habilidades prognosticadas em documentos orientadores dos currículos escolares, vai muito além desse modelo de ensino e aprendizagem baseia-se na vivência e na realidade de cada um.

Por fim, o estudo potencializou a contribuição estabelecida na discussão sobre o Ensino de História e as experiências docentes em relação à BNCC/DCT, tais documentos precisam ser aprimorados constantemente, bem como, a formação reflexiva de professores e alunos.

Neste viés a finalidade aqui posta, não visa apontar uma conclusão e sim traçar o movimento de elaboração da base para compor uma revelação do que estamos vivenciando na edificação das políticas curriculares brasileiras e de uma visão mais integrada dos conhecimentos e das ciências. E quando trabalhamos com a visão do professor, apresentamos a oportunidade de reconhecer os fatores que intervêm na sua prática docente, como formação

continuada, materiais pedagógicos, equipe pedagógica de apoio, dentre outros elementos.

No entanto, as discussões trazidas até aqui sobre o ensino de história tem contribuído para que em sua aplicabilidade transpareça como uma nova atitude pedagógica, como por exemplo, uma proposta de estudo futuro buscando atender as discussões de Escolas do Campo e multisseriadas e neste sentido, como seria o papel do coordenador pedagógico com foco no ensino de história.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 2005.
- ALBERTI, Verena. Fontes Orais - História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Orais**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.
- ARNAU, Antoni Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- AMADO, João; FERREIRA, Sônia. **A entrevista na investigação educacional**. In: AMADO, João (Coord.). **Manual de Investigação Qualitativa em Educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. p. 207-232
- ANPAE. **Associação Nacional de Política e Administração da Educação**. Comentários iniciais para a discussão do Documento Preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Acesso em: 17 nov. 2022.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- AMADO, Janaína. **A culpa nossa de cada dia: ética e história oral**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, São Paulo, n. 15, 1997
- AZEVEDO, Fernando de et al. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em. Acesso em: 07 abr. 2017.
- BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011
- BALL. Stephen. Educação Global S.A. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa, UEPG, 2014.
- BITTENCOURT, C. M. F. (2002). **O saber histórico na sala de aula**. In XVI Encontro Regional de História: poderes e representações: programa e resumos (p. 275). São Paulo: Unesp.
- BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. Ed. 11. São Paulo: Contexto, 2010.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2012.
- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: História**. Brasília, 2017, p. 397-403. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em 13 ago. 2022, p. 169.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Comum Curricular. Brasília, DF, 22 dez. 2017b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2023>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional Comum Curricular**. Brasília: SEB, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jun. 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão**. Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Portaria nº. 867, de 04 de julho de 2012**. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 129, p. 22, 05 jul. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais história**, geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. FUNDEF (**fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério**) que foi sancionado pela Lei 9.424 em 1996. Acesso em: fevereiro 2023.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, **para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, p. 1, 11 mar.2008.

BRASIL. Decreto nº 1.556, de 17 de Fevereiro de 1855. **Regulamento para o imperial Colégio D Pedro Segundo**. 1855

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Câmara dos Deputados, 1961.

BRASIL. Resolução CNE/CP n.2. **Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017**, Seção 1, pp. 41 a 44.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010 (*) **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Acesso em 10 de fevereiro 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2018**: caderno de instruções. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: . Acesso em: 21 set. 2018.

BRAUNER, E., Ferrão, N. S., & Santarosa, M. C. P. (2020). **Um estudo das percepções de professores de uma escola pública da região central do Rio Grande do Sul sobre interdisciplinaridade**. *Research, Society and Development*, 9(8), e450985872. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5872>

BALL, S.J.; BOWE, R. **Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues**. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

CONTRERAS, J. (2002). **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História Oral: teoria e técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978.

CORRÊA, C. C. M. A implementação de um novo currículo nas escolas da rede municipal de Petrópolis – reflexões preliminares para a Base Nacional Comum Curricular. **EccoS – Rev. Cient.** São Paulo, n. 43, p. 117-134, maio/ago. 2017.

CAIMI, Flávia Eloisa. **A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas?** *Revista do Lhiste - Laboratório de Ensino de História e Educação da UFRGS*, v. 3, n. 4, p. 86-92, jan./jun. 2016. Acesso em: 27 abril. 2023

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de história iniciantes (Mato Grosso, Brasil)**. 2015.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013 (Série Relatórios Metodológicos, v. 41).

CRUZ, Rosilene Miranda Barroso da et al. **A cultura organizacional nas empresas e na escola**. In. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. *Gestão Educacional: Novos Olhares, Novas Abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CUNHA, Erika Virgílio da; Lopes, Alice Casimiro. **Base Nacional Comum Curricular:**

regularidade na dispersão. *Investigación Cualitativa*, v. 2, p. 23-35, 2017. Disponível em: <https://ojs.revistainvestigacioncualitativa.com/index.php/ric/article/view/68>.

LOPES, Alice Casimiro. **Por um currículo sem fundamentos.** *Linhas Críticas (UnB)*, v. 21, p. 445-466, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/1673>

DEWEY, John. **Experiência e educação.** Tradução de Renata Gaspar. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1920.

DATAFOLHA. **Pesquisa Educação não presencial.** Junho 2020. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1nnW9c3JJRi-Px0jve3KWDjl8fj7UYxJ/view..>

DELGADO, P. (2006). **Os Direitos da Criança.** Da participação à responsabilidade. Porto: Profedições.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação:** política de Estado para a educação brasileira. — Brasília: Inep, 2017.

EWALD, A. P., GONÇALVES, R. R. & BRAVO, C. F. (2008). **O espaço enquanto lugar da Subjetividade.** *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 8, n. 3, p. 755- 777.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Apresentação. In: **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. vii-xxv.

FERREIRA, M.M. (2012). **História Oral, COMEMORAÇÕES E ÉTICA.** *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 15. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11227>

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Foucault & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FIGUEIREDO, A. D. A pedagogia dos contextos de aprendizagem. **Revista e-Curriculum**, v. 14, n. 3, p. 809-836, 2016.

FONSECA, V. (2005). **Dificuldades de Aprendizagem:** Na busca de alguns axiomas. *Revista Portuguesa de Pedagogia*. Ano 39. nº3. 13-38.

Foucault & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIMENO SACRISTÁN, J. **O Currículo: Uma reflexão sobre a prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GARRIDO, Franco; SANTORO, Maria Amélia (Orgs.). **Didática – embates contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 2010. p. 7-15.

GADOTTI, Moacir. **Escola Viva, Escola Projetada**, 2ª Edição, Campinas, SP: Papirus, 1995.

HISTÓRIA ORAL – **Revista da Associação Brasileira de História Oral**. Todos os números disponíveis em <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho>.

INEP –2015- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** (Ideb Acesso em: 09 janeiro, 2023).

IBGE (10 de outubro de 2002). «**Área territorial oficial**». Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R.PR-5/02). Consultado em 5 de dezembro de 2010.

IBGE (1 de julho de 2021). «**Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021**» (PDF). ibge.gov.br. Consultado em 27 de dezembro de 2021.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330170>. Acesso em: 22 de jun. de 2014.

LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. 2014- LEI Nº 13.005 de junho de 2014 - **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Acesso em: 13 de fevereiro de 2023.

BRASIL.1996- Lei nº 9.394, **de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. 2002- Lei Federal nº 10.639, **de 09 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira, e dá outras providências. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL.2008-Lei nº 11.645, **de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <[http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)>. Acesso em: 29 de set. 2021.

Tocantins, Miracema – TO-Art. 32 III e Art. 33 da **Lei Municipal nº 111, de 06 de janeiro de 2004**, que institui o Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências.

BRASIL. 2008- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Altera a Lei no 9.394, de

20 de dezembro de 1996, modificada pela **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

LOUREIRO, João Evangelista. **À procura de uma pedagogia humanista.** Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica.** História Unisinos, v. 15, n. 1, p. 40-49, 2011.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020 **Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica** e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de historia oral.** . São Paulo: Loyola.1996 . Acesso em: 12 fev. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** – 2ª Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

MEC. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 3ª Edição. 2017.

MEC- Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2ª Edição. 2018

MEC. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2ª Edição Revista. 2016.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MACEDO, M. de L. L. **Narrativas do Ensino de história: Vozes de docentes e discentes das escolas estaduais de Palmas, Tocantins.** 1ª edição. Palmas: Nagô Editora, 2020.

MORAES, R. Uma Tempestade de Luz: **a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva.** Ciência & Educação, São Paulo, v.9, n.2, p. 191 – 211 2003.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise textual: discursiva.** 1. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

MORAES, R. Avalanches reconstrutivas: **Movimentos dialéticos e hermenêuticos** de transformação no envolvimento com a análise textual discursiva. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, 2020, no prelo.

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva: processo constitutivo de múltiplas faces.** *Ciência & Educação*, São Paulo, v.12, n.1, p. 117-128, abr. 2006.

MORAES, R. **Análise Textual Discursiva.** 1. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

MEC.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.** Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

MOREIRA, A. F. (1996): “**Os parâmetros curriculares nacionais em questão**”, in *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 21(1), p. 10-21, jan./jun.

MONTYSUMA, Marcos. **Um encontro com as fontes em História Oral.** In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. 32, n 1. Porto Alegre: EDIPUCR. junho de 2006. p. 1-225.

MOCELLIN, Renato. **História e cinema: educação para as mídias.** São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Revolucionário: pedagogia do discente para o novo milênio / Peter McLaren.** Trad. Márcia Moraes e Roberto Cataldo Costa – Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. p. 11-23.

MELO F.S. **O Uso das Tecnologias Digitais na Prática Pedagógica: Inovando Pedagogicamente na Sala de Aula.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Matemática e Tecnológica. 2015. 124p

TOCANTINS. Miracema do Tocantins (TO). **Governo do Estado. 2014.** Disponível em: <http://portal.to.gov.br>. Acesso em: jan. 2014.

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. Finlândia: **Um Sistema de Educação Admirável.** *Poiésis*, Tubarão, SC, v. 7, n. 11, p. 26–39, Jan/Jun, 2013. Disponível em: . Acesso em: 07 abr. 2017.

NEVES, Lucília de Almeida. **Memória, história e sujeito: substratos de identidade.** *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.3, p.109-116, jun.2000.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NÓVOA, A. **Profissão Professor.** Porto: Porto Editora, 1995.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico.** 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral.** *Projeto História*, v.15, p.13-49, 1997.

PEREIRA, J. **O ensino de historia durante a ditadura militar (1964-1985).** *Anais XXV Semana de Ciências Sociais: 50 anos do Golpe Militar.* Londrina. 2014. Acesso em: 08/02/23.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, **política, luta e senso comum**. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PEREIRA, Maria Zuleide da C; ALBINO, A. C. **A..BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): História e precedentes para pensar o Currículo Nacional**. In: Maria Zuleide da Costa Pereira; Ângela Cristina Alves Albino. (Org.). Multifaces da Pesquisa em Educação. 1ed.João Pessoa: Editora da UFPB, 2015, v. 2, p. 15-38.

PELLEGRINI, M.; DIAS. A. A.; GRINBERG. K. **Vontade de Saber História**. Coleção Vontade de Saber História. 1º Edição. Editora FTD. São Paulo: 2009

PRINS, Gwyn. **História oral**. In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

MEC- Portaria nº 331/2018, **PROBNCC, seguindo a homologação da BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, no fim de 2017**. A Portaria MEC nº 756, de 3 de abril de 2019, atualiza o programa para incluir aspectos da BNCC para o Ensino Médio.

PORTARIA No - 592, DE 17 DE JUNHO DE 2015 **Institui Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular**.

PACHECO, J.A. (org.). **Políticas de integração curricular**. Porto: Porto Editora, 2000.

PINHEIRO, N. A. M. **Educação crítico-reflexiva para um ensino médio científico-tecnológico: a contribuição do enfoque CTS para o ensino-aprendizagem do conhecimento matemático**. 2005. 305 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PNE. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

TOCANTINS. RESOLUÇÃO Nº 024, DE 14 DE MARÇO DE 2019. Publicada no D. O. E. nº 5.347, 29/04/2019 **APROVA o Documento Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental**, para o Território do Tocantins, fundamentado na Resolução CNE/CP nº 02, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

RÜSEN, Jörn. Didática: **funções do saber histórico**. In: História Viva. Brasília: Editora da UNB, 2007.

Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia/ Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 166p.

SILVA, Janice Theodoro da. **História na BNCC** in Movimento pela Base Nacional Comum. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1XDvfxFfty4>. Acesso em 14 fevereiro 2023. TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura

SOUZA, R. J.; PIRES, J. R. F. P. **Os desafios do ensino de História no Brasil**. Professores

em Formação. ISEC/ISED, n. 1. 2ºsem de 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula.** In: BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, M. R. (2019). Impertinências entre trabalho, **formação docente** e o referencial de competências. Retratos Da Escola, 13(25), 123–135.

SENA, P. **A legislação do Fundeb.** Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 319- 340 maio-ago. 2008.

SILVA, Mônica Ribeiro da. **A BNCC da Reforma do Ensino Médio:** O resgate de um empoeirado discurso. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, n. 214130, 2018.

SANTOS, Adriana; VILAR, Edna; FREITAS, Marinaide; 2020. **Leitura, história e provocações sob múltiplos olhares.** Editora: Mercado de letras, Campinas- São Paulo.

SANTOS, Vinício de Macedo. PNE e condição docente: para uma ontologia do trabalho docente. Zetetiké – FE/UNICAMP –, v. 24, N. 1, p. 173-188, jan./abr. 2016, Campinas. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646536>. Acesso em 24/04/2023.

SANTOS, Jocyléia Santana; **Narrativas plurais e práticas educacionais** [recurso eletrônico] / org. Jocyléia Santana. — Palmas: EDUFT, 2019. Dados eletrônicos (pdf, e-Pub). p.138 .

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOCANTINS, “Criação do Estado de Tocantins». **Instituto de Pesquisa e Formação de Educação e Religião.** Consultado em 10 de abril de 2023.

THOMPISON, paul. **A voz do passado.** Trad. Lolio Lourenço de Oliveira São Paulo. paz e terra 1998.

TOCANTINS. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referencial Curricular do Ensino fundamental das escolas públicas do Estado do Tocantins:** Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. Palmas TO: Secretaria de Estado e Cultura. Edição 2, 2009.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre: Artmed. 1998.

APÊNDICE A - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO ESTUDO

Professores

NETA, Neuza de Sousa Nunes. Professora temporária da rede municipal de Ensino de Miracema do Tocantins, Graduada em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus de Miracema do Tocantins, atua há oito anos como professora na EMEC Vale do Tocantins. Entrevista concebida a Seila Sousa dos Santos Ferreira, Miracema, TO. Abril de 2023.

SILVA, Célia Farias. Professora temporária da rede municipal de Ensino de Miracema do Tocantins. Graduação em matemática atua na área da educação desde agosto de 2002, nas séries do 6º ao 9º ano na EMEC Vale do Tocantins. Entrevista concebida a Seila Sousa dos Santos Ferreira, Miracema Tocantins Abril de 2023.

SOUSA, Otávio Francelino de. Professor temporário da rede municipal de Ensino de Miracema do TO. Formação em Magistério e Graduado em nível superior pela EDUCON, complementação em Pedagogia e Pós Graduado em Educação Infantil pela UFT, atua na Educação desde 1997, na EMEC Boanerges desde 2005. Entrevista concebida a Seila Sousa dos Santos Ferreira, Miracema Tocantins Abril de 2023.

SILVA, Marlene da. Professora efetiva da rede municipal de Ensino de Miracema do TO. Com formação em Magistério e Graduada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Pós Graduada em Coordenação Pedagógica, atua na educação desde o ano de 2000, na unidade EMEC Boanerges desde 2011. Entrevista concebida a Seila Sousa dos Santos Ferreira, Miracema Tocantins Abril de 2023.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos você _____ a participar da pesquisa: **Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular/DCT**: na visão dos docentes do Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Miracema – TO sob responsabilidade da pesquisadora Seila Sousa dos Santos Ferreira. A referida pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar os conhecimentos do componente história contemplados na BNCC/DCT como também perceber o conhecimento e ponto de vista dos professores em relação ao documento referendando o desenvolvimento e autonomia no processo do ensino e aprendizagem dos educandos. Além de trazer para o meio acadêmico um tema cujo debate está em pauta nas discussões em âmbito nacional, também se deseja, entre outros, a participação é voluntária e se dará por meio do seguinte procedimento metodológico: entrevista semiestruturada, com o apoio de um roteiro organizado por eixos para nortear a entrevista. Os riscos associados à participação em pesquisas são: constrangimento, estresse, desconforto, nervosismo, tristeza, medo ou agitação. No entanto, se a qualquer momento você se sentir desconfortável com o resultado desta investigação, você tem o direito de, a qualquer momento, cancelar sua participação na pesquisa. E o fato será comunicado imediatamente ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Tocantins - UFT para fazer os ajustes necessários à pesquisa. Com o objetivo de narrar as experiências docentes com o ensino de história utilizando a BNCC, no período de 2018 a 2022, na cidade de Miracema do Tocantins. Será encaminhado para a SEMED – Setor de Formação Continuada, Miracema-TO, cópia integral da dissertação resultante desta pesquisa, acompanhada de um breve resumo em linguagem clara e objetiva para ajudar a compreensão dos resultados obtidos. A sua participação é voluntária e a recusa é entendida como um direito. Mesmo após dar o seu consentimento para a sua participação, você pode deixar de participar e tem o direito e a liberdade de retirar o seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independentemente do motivo e sem nenhum dano para você. Informamos que você não terá despesas, nem receberá qualquer remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, portanto seu consentimento é fundamental para a fase de publicação dos dados. Dessa forma, para obter qualquer tipo de informação sobre seus dados, esclarecimentos, reconsiderações ou desistência da pesquisa, em qualquer etapa do estudo, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável em: _____

_____ Em caso de dúvidas sobre os aspectos éticos da pesquisa, pode-se entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é formado por um grupo de pessoas que trabalha para garantir que seus direitos como participante da pesquisa sejam respeitados. O CEP é responsável por avaliar se a investigação foi planejada e conduzida de maneira ética. Se você acredita que a investigação não produziu os resultados esperados, entre em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023 (e-mail: cep_uft @

uft). edu. br ou Quadra 109 Norte, Av. Nº 15, ALCNO 14, Edifício Almojarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. Se desejar, você pode apresentar suas considerações sem se identificar. O horário de funcionamento do CEP é segunda e terça-feira das 14h00 às 17h00 e quarta e quinta-feira das 9h00 às 12h00. Este documento será feito em duas vias, assinadas por mim e pelo entrevistado, deixando uma cópia para cada um de nós. Eu, _____, fui informado (a) dos propósitos e intenções do objeto em estudo, e também tomei conhecimento da intenção de publicação dos dados pelo pesquisador. Todas as informações foram claras e objetivas e estou ciente da minha importância e das atribuições que tenho no processo. Por isso concordo em participar do projeto, ciente de que não receberei remuneração financeira pela participação neste estudo e que posso renunciar à minha participação voluntária a qualquer momento.

Palmas, (dia) , de (mês) de 2022

Assinatura da participante da pesquisa

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE C – TERMO DE APROVAÇÃO DA DE GRAVAÇÃO:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO, APROVAÇÃO DE TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA E USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS.

Eu, _____ depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como, de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE), **APROVO** a transcrição da entrevista, e **AUTORIZO**, através do presente termo, a pesquisadora SEILA SOUSA DOS SANTOS FERREIRA, autora do projeto de pesquisa intitulado **O ENSINO DE HISTÓRIA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/DCT NA VISÃO DOS DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE MIRACEMA – TO** a realizar as gravações e imagens que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização das imagens e vídeos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, vídeos, slides e capítulos), em favor da pesquisadora, acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas leis: Artigo 5º, inciso X da Constituição Federal (1988), e no artigo 20 da Lei nº 10.406, de 2002 do Código Civil Brasileiro, bem como, o que rege a Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

Palmas - TO, -

_____/_____/_____

Participante da pesquisa

Pesquisadora responsável pelo projeto

APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO

ROTEIRO DE PESQUISA - METODOLOGIA (HISTÓRIA ORAL)

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Narrar as experiências docentes com o ensino de história utilizando a BNCC, no período de 2018 a 2022, na cidade de Miracema do Tocantins.

Objetivos Específicos:

- Identificar marcos-históricos, teóricos e legais que regulamenta a BNCC/ DCT no contexto do ensino de história;
- Verificar os sentidos que a Base Nacional Comum Curricular estabelece para o ensino de história;
- Evidenciar o papel da história oral como referencial teórico-metodológico que possibilita a investigação da prática pedagógica dos professores do ensino fundamental.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

1. Identificação:

1.1- Nome:

1.2- Idade

1.3- Local da Entrevista

2- Formação:

2.1- Qual a sua Formação?

3- Descreva sobre sua formação acadêmica:

4- Há quanto tempo atua na docência, e há quanto tempo atua na unidade de ensino EMEC Vale do Tocantins?

5- A Base Nacional Comum Curricular iniciou suas discussões a partir de 2015, até 2018 na sua implantação, comente sobre a Base, o que conhece:

6-Como ocorreu atuar na docência no período da pandemia do Covid-19 e utilizar os referencias da BNCC, comente:

7-Você participou das formações ofertadas pela rede de ensino sobre a BNCC? As formações atenderam as suas necessidades para atuar com qualidade na sala de aula?

8- Quanto ao Documento Curricular do Tocantins (DCT) para o Ensino de História, você utiliza-o em seus planejamentos? Ele atende com qualidade o ensino de história? Comente, descreva os pontos positivos e negativos:

9-A BNCC e o DCT trouxeram melhorias da prática pedagógica em sala de aula, ou você preferiria trabalhar com os documentos orientadores que tínhamos antes?

10- Qual a importância do ensino de história para a formação do estudante? Comente:

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE MESTRADO ACADÊMICO
EM EDUCAÇÃO**

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA - TERMO DE COMPROMISSO

Declaro para os devidos fins que, Jocyleia Santana dos Santos, professora do Mestrado Acadêmico em Educação, orientou a pesquisa intitulada: O ENSINO DE HISTÓRIA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/DCT na visão dos docentes do Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Miracema – TO, sob a condução da pesquisadora e acadêmica do curso de Mestrado Acadêmico em Educação da UFT, Seila Sousa dos Santos Ferreira, matrícula 2021233862, CPF 80067700187, portadora do RG N°300.688 SSP-TO. Faço esta carta de apresentação como requisito para efetuar a pesquisa com os professores da Rede Municipal de Miracema – TO. A equipe será composta por 1 (uma) pesquisadora, que realizará a coleta de dados no período de 15/08/2022 a 15/09/2022, com a finalidade de realizar registros fotográficos, sonoros e audiovisuais, para a pesquisa. Sendo assim a pesquisadora compromete-se a:

1. Respeitar os professores e abster-me de proceder a exigências constrangedoras excessivas ou abusivas para com os próprios;
2. Não veicular qualquer informação ou adotar procedimentos que atentem contra a autonomia, a honra e a dignidade individual ou coletiva dos professores;
3. Utilizar os registros fotográficos, sonoros e audiovisuais exclusivamente para fins do projeto de pesquisa O ENSINO DE HISTÓRIA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/DCT na visão dos docentes do Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Miracema – TO;
4. Não fazer nenhum uso do material coletado para além dos objetivos concedidos pelos professores;
5. Enviar à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Formação Continuada da SEMED – Miracema – TO em duas vias, dissertação, relatório, livros, imagens e outras produções oriundas da pesquisa;
6. Remeter à SEMED – Miracema, o Termo de Licença de uso de imagem firmado com os professores, durante o período autorizado para pesquisa.

Declaro verdadeiras todas às informações prestadas neste Termo de Compromisso.

Palmas - TO, 20 de junho de 2022.

Jocyleia Santana dos Santos

Data: 20/06/2022 10:29

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Jocyléia Santana dos Santos

Coordenadora do Mestrado Acadêmico em Educação – PPGE/UFT

**ANEXO B – CARTA DE INTENÇÃO DO PESQUISADOR – TERMO DE
COMPROMISSO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE MESTRADO
ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

CARTA DE INTENÇÃO DO PESQUISADOR

Eu, **Seila Sousa dos Santos Ferreira**, matrícula 2021233862, aluna regular do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação - PPGE da Universidade Federal do Tocantins/Palmas, na condição de orientanda da Prof.^a Dr.^a Jocyléia Santana dos Santos, portador do RG nº 273.920, órgão expedidor/UF: SSP-R e CPF nº 263.880.652-87, coordenadora da pesquisa intitulada: Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular/DCT: na visão dos docentes do Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Miracema – TO. Venho com o objetivo narrar as experiências docentes com o ensino de história utilizando a BNCC, no período de 2018 a 2022, na cidade de Miracema do Tocantins.

No período de 15/08/2022 a 15/09/2022, com a finalidade de realizar registros fotográficos, sonoros e audiovisuais, para fins da referida pesquisa, comprometo – me a:

1. Respeitar os depoentes;
 2. Não veicular qualquer informação ou adotar procedimento que atente contra autonomia, a honra e a dignidade individual ou coletiva dos professores;
 3. Utilizar os registros fotográficos, sonoros e audiovisuais exclusivamente para fins do projeto de pesquisa intitulado: Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular/DCT: na visão dos docentes do Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Miracema – TO.
 4. Não fazer nenhum uso do material coletado para além dos objetivos condescendidos.
 5. Remeter à Assessoria de Acompanhamento ao setor de Formação da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) em duas vias, monografia, relatórios, artigos, livros, gravações, imagens e outras produções oriundas da pesquisa ou do projeto;
 6. Remeter à Semed o documento original de Termo de Licença de Uso de Imagem firmado com os professores para o Desenvolvimento da pesquisa.
- Confirmo também ter conhecimento que, além da finalidade dos termos deste compromisso, qualquer outro uso dos materiais coletados, inclusive para fins econômicos, deverá ser objeto de novo processo de autorização junto aos professores colaboradores, da Rede Municipal de Miracema – TO.

Declaro verdadeiras todas às informações prestadas neste Termo de Compromisso.

Palmas – TO, 15 de Junho de 2022 .

Seila Sousa dos Santos Ferreira
seilaferreira.sousa@gmail.com
Matrícula - 2021233862

ANEXO C – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE MESTRADO
ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO****Ofício nº 177/2022**

Miracema do Tocantins, 28 de junho de 2022.

A Sua Excelentíssima, a Senhora, **Rozineila Ribeiro Lima Fernandes** Secretária Municipal de Educação, Miracema do Tocantins.

Assunto: Autorização para pesquisa na Escola Municipal de Educação do Campo Vale do Tocantins e Escola Municipal de Educação do Campo Boanerges Moreira de Paula

Senhora Secretária,

1. Com o objetivo de pesquisar sobre: Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular/DCT: na visão dos docentes do Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Miracema – TO. Venho com o objetivo narrar as experiências docentes com o ensino de história utilizando a BNCC, no período de 2018 a 2022, na cidade de Miracema do Tocantins.
2. Como servidora da Rede Municipal da Educação do Município, e na condição de pesquisadora e mestranda da Universidade Federal do Tocantins - Palmas vêm através desta solicitar a autorização para desenvolver a referida pesquisa.
3. Certos de contarmos com o seu apoio neste sentido, desde já agradecemos. Respeitosamente,

seilaferreira.sousa@gmail.com

Matrícula 1206

ANEXO D- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ENSINO DE HISTÓRIA E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/DCT na visão dos docentes do Ensino Fundamental II da Rede Municipal de Miracema e TO.

Pesquisador: SEILA SOUSA DOS SANTOS FERREIRA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 61920122.1.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Narrar as experiências docentes com o ensino de história utilizando a BNCC, no período de 2018 a 2020, na cidade de Miracema do Tocantins.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar marcos-históricos, teóricos e legais que regulamenta a BNCC/ DCT no

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3229-4023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.806.840

Apresentação do Projeto:

O presente estudo parte da hipótese de conhecer e analisar a BNCC/DCT, abrangendo o ensino da disciplina de História, visto que consta nas reformas curriculares, como mecanismo discursivo. Portanto é de grande valia que o documento em questão viabilize a busca da preeminência no fator ensino e aprendizagem, tanto no âmbito, psico, social, como intelectual do indivíduo. Abordados como espaços de poder, que os documentos curriculares funcionam como um sistema de significações em que os sentidos são produzidos pelos sujeitos (LOPES; MACEDO, 2011) e, como fruto de políticas públicas que constituem um movimento institucional na busca de viabilizar um discurso oficial sobre educação, projetam identidades pedagógicas e orientam a produção do conhecimento oficial (LOPES, 2002). Identificando os possíveis sentidos trazidos no documento, em geral, e no interior do ensino de História, em particular.

Objetivo da Pesquisa:**OBJETIVO GERAL**

Narrar as experiências docentes com o ensino de história utilizando a BNCC, no período de 2018 a 2020, na cidade de Miracema do Tocantins.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar marcos-históricos, teóricos e legais que regulamenta a BNCC/ DCT no

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

Página 01 de 03

contexto do ensino de história

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A avaliação dos Riscos, foi realizada adequadamente: no PB - Informações básicas do projeto, Projeto completo e no TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto representa uma contribuição para Narrar as experiências docentes com o ensino de história utilizando a BNCC, no período de 2018 a 2020, na cidade de Miracema do Tocantins.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados em conformidade com o exigido.

Recomendações:

- Cronograma

Solicita-se adequação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme Resolução CNS 466/2012, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, e Resolução CNS 510/2016, Art. 28, inc. V, o pesquisador deve apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1973945.pdf	06/12/2022 16:49:37		Aceito
Outros	termouft_TCLE.pdf	06/12/2022 16:44:57	SEILA SOUSA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termouft_TCLE.docx	25/10/2022 19:58:30	SEILA SOUSA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_seila.pdf	04/07/2022 21:39:53	SEILA SOUSA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha_rostopff.pdf	29/06/2022 23:03:26	SEILA SOUSA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
Declaração de	Declaracao_pesquisadores.pdf	28/06/2022	SEILA SOUSA DOS	Aceito

Continuação do Parecer: 5.806.840

Pesquisadores	Declaracao_pesquisadores.pdf	14:13:22	SANTOS FERREIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO__DOC.docx	28/06/2022 14:02:56	SEILA SOUSA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	28/06/2022 00:10:04	SEILA SOUSA DOS SANTOS FERREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 11 de Dezembro de 2022

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))